

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

VANESSA ALVES DOS SANTOS

**UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO: REFLEXÕES SOBRE POLÍTICA E
CIDADANIA A PARTIR DA VIVÊNCIA DOCENTE NO MUNICÍPIO DE
ALVORADA/RS**

PORTO ALEGRE

2018

VANESSA ALVES DOS SANTOS

**UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO: REFLEXÕES SOBRE POLÍTICA E
CIDADANIA A PARTIR DA VIVÊNCIA DOCENTE NO MUNICÍPIO DE
ALVORADA/RS**

Trabalho de Conclusão do Curso,
apresentado como requisito parcial à
obtenção do grau de Licenciado em
Geografia pela Universidade Federal do
Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Nestor André Kaercher

Porto Alegre

2018

VANESSA ALVES DOS SANTOS

Trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Geografia com título **UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO: REFLEXÕES SOBRE POLÍTICA E CIDADANIA A PARTIR DA VIVÊNCIA DOCENTE NO MUNICÍPIO DE ALVORADA/RS**, submetido ao corpo docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do grau de licenciado em Geografia.

Aprovado por:

Profº. Dr. Nestor André Kaercher (Orientador)

Profª. Dra. Cláudia Luísa Zeferino Pires (Banca Examinadora)

Profº. Dr. Nelson Rego (Banca Examinadora)

Porto Alegre, 10 de dezembro de 2018.

Dedico este trabalho a minha avó, Leonilda, que passou comigo muitos dos “perrengues” da vida e, à qual, em grande parte, devo meu olhar sobre o mundo a partir do convívio com seu caráter.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a minha trupe familiar que, apesar de todos os percalços estiveram sempre em alguma medida a meu lado, ainda que alternadamente. Dentre os integrantes do grupo, agradeço em especial a meu tio Alexandre Alves, grande incentivador das buscas intelectuais.

Para além destes, quero mencionar Francisco Pedroso parceiro que encontrei ao longo da caminhada nesta vida. Também estudante das licenciaturas, me proporciona longos debates e algumas provocações docentes.

Dentro da esfera acadêmica quero citar com carinho o professor Nestor Kaercher, pela credibilidade e liberdade para escrever.

RESUMO

Este trabalho consiste no relato reflexivo sobre minha experiência docente acerca da abordagem do tema política institucional nas aulas de Geografia na rede pública estadual. Apresenta uma breve pesquisa realizada com os alunos de turmas do Ensino Médio de Alvorada/RS, na tentativa de compreender um pouco mais sobre o que pensam estes jovens a respeito do assunto. Possuí como finalidade encontrar um fio condutor que aproxime o assunto (política), do cotidiano dos alunos despertando-os para uma prática política cidadã no espaço onde estão inseridos.

Palavras-chave: Alvorada. Cidadania. Docência. Estado. Município. Política.

ABSTRACT

This work consists of the reflective account about my teaching experience about the approach of the political institutional theme in the classes of Geography in the state public network. He presents a brief survey of Alvorada / RS high school students in an attempt to understand a little more about what these young people think about the subject. It has as purpose to find a thread that approaches the subject (political), the daily of the students awakening them to a political practice citizen in the space where they are inserted.

Keywords: Dawn. Citizenship. Teaching. State. County. Politics.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 CONCEPÇÕES DOCENTE	12
3 DE ONDE ESCREVO? CONSIDERAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO E O ENTORNO ESCOLAR.....	14
4 DAS AULAS, DA POLÍTICA E DOS ALUNOS	22
5 O QUE OS ALUNOS DIZEM: UMA TENTATIVA DE COMPREENSÃO	34
6 POLÍTICA, CIDADANIA E DOCENCIA: UMA RELAÇÃO DE CUMPLICIDADE .	50
7 CIDADANIA, CONSUMO E AUSÊNCIA.....	55
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: TRAÇANDO UM FIO CONDUTOR PARA MINHA PRÁTICA	60
REFERÊNCIAS.....	62

1 INTRODUÇÃO

Professora da rede pública estadual desde 2012, hoje com 36 anos completos. Cresci em uma família um tanto quanto desestruturada e em um país que deixa bem marcado em nossas vidas as desigualdades sociais, pelas situações a que nos expõem e impõem. As questões familiares como a gravidez na adolescência de minha mãe (da qual sou eu o fruto), a separação de meus pais em minha tenra infância, a não convivência com a figura do pai e a separação de meus avós na sequencia poder-se-ia até dizer que foram “opções” individuais, mas as sociais como a pobreza financeira que gerou uma limitadíssima qualidade de vida até certa idade, nem tanto. Sendo uma família de pessoas trabalhadores, o labor dever-nos-ia garantir uma vida sem misérias ou necessidades de primeira ordem.

Aluna sempre de instituições públicas, lembro-me dos arrombamentos e assaltos que aconteciam nas diferentes escolas por quais passei. Já estava neste período posta a questão da falta de segurança. Filha e neta de uma família em que apenas um integrante possui ensino superior (tio), por muito tempo pai e mãe contaram apenas com o fundamental incompleto. Pagadores constantes de aluguel, situação advinda da falta de poder aquisitivo para adquirir um imóvel próprio, foram muitos os deslocamentos e localizações forçados dentro da cidade. Partindo do pressuposto de Milton Santos (1998), minha relação com Alvorada já começa vivenciando o processo de segregação urbana, na medida em que não sendo possível manter o custo de vida em Porto Alegre, minha família viu-se obrigada a procurar residência em local mais acessível.

Ainda assim dentro de certas possibilidades havia o mínimo necessário para viver. Mas, como será que era a vida daquelas crianças que em situação de maior pobreza passavam em minha casa pedindo comida? Pequenas como eu (talvez sete, oito anos), carregavam seus irmãos menores e um carrinho utilizado em obras para carregar as doações. Como eu, criança que era, percebi, internalizei tais situações? Estavam fora da escola? Onde e como eram suas casas? Estes foram pensamentos que à época passaram por minha cabeça. Assim já na infância comecei a perceber, sem saber conceituar, obviamente, que a pobreza oriunda da desigualdade, por falta de justiça social, em geral, limita, tolhe, as condições de cidadania das pessoas.

Esta narrativa é realizada aqui para que o leitor compreenda a lente que uso

para ver, ler o mundo, e assim como me constituo docente. (KAERCHER, 2013).

“O óbvio precisa ser dito!”

NAK, Estagio Supervisionado em Geografia IV

Por quê trabalhar em sala de aula a política institucional? Alvorada não possui cinema nem teatro. Alvorada não dispõe um shopping que é o símbolo maior do consumo. As ruas e avenidas estão repletas de buracos. Conta com uma empresa que mantém o monopólio do transporte desde seu nascimento como município emancipado em 1965, e com isso é conivente o poder público municipal. Parece que pouco se incomodam os moradores com tal realidade, apesar de sofrerem com tais situações, entre os quais inclusive, alunos e professores. Parecem ter imobilizado-se perante tais situações.

Falei aqui dos moradores e nós professores (a maioria do corpo docente), também é residente em Alvorada. Aqui constato duas questões: a primeira é de que assim como os alunos, os professores de modo geral creem ser perca de tempo determinados movimentos de estranhamento com as situações pois já admitem que nada mudará; a segunda é a ausência do debate político institucional dentro do corpo dos professores, e uma demonstração de incomodo nas poucas vezes em que isso ocorre.

Este é o espaço do cidadão alvoradense e nesse espaço ser estudante do Ensino Fundamental e Médio significa em geral perceber como perspectiva o que este espaço oferece: muito pouco. O horizonte para a construção de um futuro mais próspero que o entorno em geral se restringe a esfera do individual. A ideia de participação popular na busca de uma melhoria para o coletivo torna-se rarefeita ao mesmo tempo que urgente. O espaço torna-se um condicionante geográfico que se impõem sobre as posturas sociais. Na grande maioria dos casos, meus alunos internalizam o papel de habitantes. Os habitantes diferentemente dos cidadãos não interferem ativamente nos rumos de sua “*polis*”, não agem portanto como sujeitos políticos e dessa forma sua cidadania é reduzida. (GUARINELLO, 2016).

Ora, o óbvio precisa ser dito! E o que é o óbvio?

O espaço no qual estamos inseridos seja o país, unidade federativa e/ou município não é da forma que é por obra do acaso, e sim uma construção histórica estruturada pelo jogo de poder entre diferentes grupos de interesse. E esta disputa dá-se primordialmente no campo político institucional onde encontra-se o Estado que é a instituição das instituições, a qual compete regradar o ordenamento tanto territorial como social. (MAAR, 1991).

Constato porém, que os alunos apresentam-se resistentes a conversas ou reflexões políticas para além das queixas. Muitos deixam claro a sua aversão a assuntos que tratem de processos políticos, não se permitindo estabelecer a relação entre os processos de elaboração do regramento jurídico do país originado pelas ações do poder legislativo (leis), e as consequências diretas destas leis e ações em seu cotidiano.

Logo, trazer para as aulas de geografia a discussão acerca da política institucional em suas diferentes escalas, se faz importante uma vez que minha prática busca superar a mera transmissão de informações burocráticas. Visa possibilitar aos discentes a visualização de que existem espaços e possibilidades de participação que podem ser ocupados na busca por seus direitos enquanto cidadãos, permitindo romper com a imobilidade e o senso comum de que nada adianta fazermos.

Este trabalho, motivado pelos ineditismos da vida docente, consiste em um relato reflexivo de algumas situações desafiadoras com as quais me defrontei diariamente no “chão” da escola.

Encontrando alunos do Ensino Médio resistentes a tratar de assuntos políticos, assuntos os quais julgo de extrema importância, algumas ações foram por mim desenvolvidas. Era chegada a hora de refletir a respeito, buscando compreender um pouco mais sobre o pensamento de meus alunos e a conjuntura com a qual me deparei.

Elaborado com o intento de repensar sobre por que trabalhar questões políticas de cunho institucional em sala de aula, este trabalho foi estruturado em seis capítulos. No primeiro, falo sobre minhas crenças e concepções professorais, aquelas que, ora mais latentes, ora mais pronunciadas, conduzem meu olhar sobre a educação. Em seguida, no segundo capítulo, faço uma descrição do município e entorno que abrigam a escola, pois, para falar de território precisamos minimamente caracterizá-lo. Assim,

tracerei estas linhas com a intenção de que os que lerem este trabalho possam “enxergar” o espaço no qual eu estou inserida.

No terceiro capítulo relato como percebo a resistência à discussão política pelos alunos, as tentativas empreendidas para transpassar esse bloqueio tecendo uma breve avaliação sobre seus resultados. Como estes resultados me inquietaram, apresento, no quarto capítulo, um questionário aplicado aos alunos, trazendo dados e considerações sobre as respostas obtidas.

O quinto capítulo dedica-se a discorrer sobre a relação de cumplicidade entre a política e a cidadania, demonstrando a inter-relação entre elas, e que o abandono de esferas de participação institucionais, podem influenciar negativamente na produção do espaço, trazendo à docência como uma aliada possível para este cenário.

Já no sexto e último capítulo tento capturar os motivos que levam a não construção de uma prática política cidadã e entender como isso é preenchido por outras formas de participação na sociedade, gerando pessoas conformadas, o que também é uma forma de ação. Por fim, encaminho minhas considerações finais na busca de delinear um fio condutor que permita manter vivas minhas convicções docentes.

Uma boa leitura!

2 CONCEPÇÕES DOCENTE

Frequentemente questiono qual o alcance de minha prática, tentando sempre buscar sentido naquilo que faço. Assim sendo, o sentido para mim é que os alunos possam perceber o processo, sistema e/ou engrenagem que engendra um espaço segregado, excludente e promotor de injustiças sociais.

O que eu entendo por justiça social? Uma sociedade onde de fato todos tivessem condições de morar dignamente. De trabalhar e serem remunerados de modo que seus salários atendessem as necessidades reais de uma pessoa. Condições de acesso ao estudo podendo permanecer em seus cursos, não necessitando abandoná-los como condição para auxiliar na renda familiar. Uma sociedade onde “cidadãos” não precisassem para prover seu sustento, catar informalmente o lixo de outros e que também não viessem a falecer enquanto aguardam por uma consulta no Sistema Único de Saúde, muito menos que estivessem submetidos a tantas outras atrocidades sociais que presenciamos diariamente (desemprego, falta de moradia, preconceitos, etc.).

E como a educação através de mim como profissional que sou trabalha com isso? Primeiramente é necessário relembrar o que a educação tem por preceito em nosso país. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei maior, sancionada em 1996, a educação tem como finalidade de acordo com seu título II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO o seguinte:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 1996.).

Quanto a qualificação para o trabalho, a educação alfabetiza, ensina a fazer cálculos, redigir um texto, interpretar, argumentar, supor, posicionar-se em público, ensina a portar-se socialmente em coletividade através das regras estabelecidas pela escola. Trabalho no sentido de emprego – atividade que exercemos para garantir uma renda –, todos sabem no que consiste, logo, essa parte da educação é mais fácil ou, ao menos, a que permite maior consenso. Todavia, como preparar para cidadania? Como se aprende a ser cidadão? E, o que é mesmo ser cidadão?

Se cidadania é o qualificativo do cidadão, neste caso para elucidar ao leitor minha ideia a respeito, trago as palavras de Jaime Pinsky (2016), sobre o que é ser

cidadão, expostas em sua obra *História da Cidadania*, na qual faz um análise evolutiva na conquista de direitos por parte da sociedades, sendo que no período histórico atual ser cidadão significaria:

(...) ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. (PINSKY, 2003, p. 9).

Mas não me parece, que isso esteja ocorrendo como previsto em diversos marcos legais, entre os quais: Constituição Cidadã de 1988, Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

Ao olharmos a nossa volta constatamos que milhões de brasileiros estão desempregados, outros tantos milhões não têm onde morar e andam nas ruas, determinados grupos sofrem agressões diariamente, e muitos indivíduos não sabem ler nem escrever. Todos estes problemas estão inserido dentro do espaço que abriga a sociedade brasileira, ao qual chamamos território. Neste sentido aproximar os conteúdos geográficos da realidade do aluno, direcionando-lhes o olhar para os problemas sociais a partir do espaço em que estamos inseridos, provocando o pensamento sobre como são gestados, tem sido a tônica de minha prática.

3 DE ONDE ESCREVO? CONSIDERAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO E O ENTORNO ESCOLAR

Antes de repartir algumas experiências vividas na escola onde leciono com o leitor, experiências estas, que me moveram na direção da escrita destas páginas, acho importante trazer algumas considerações socioespaciais sobre o município de Alvorada, local onde atuo e vivo.

Com população estimada no ano de 2018 em 209 mil habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), Alvorada faz parte da região metropolitana de Porto Alegre, localiza-se a Leste da capital, e liga-se

imediatamente ao tecido urbano dessa por uma relação de conturbação.

Distante 16 km da capital, Alvorada está circundada por municípios como: Gravataí, Viamão, Cachoeirinha, além da própria Porto Alegre, e inaugura-se como município a partir da emancipação de

Viamão em 1965. Sua história

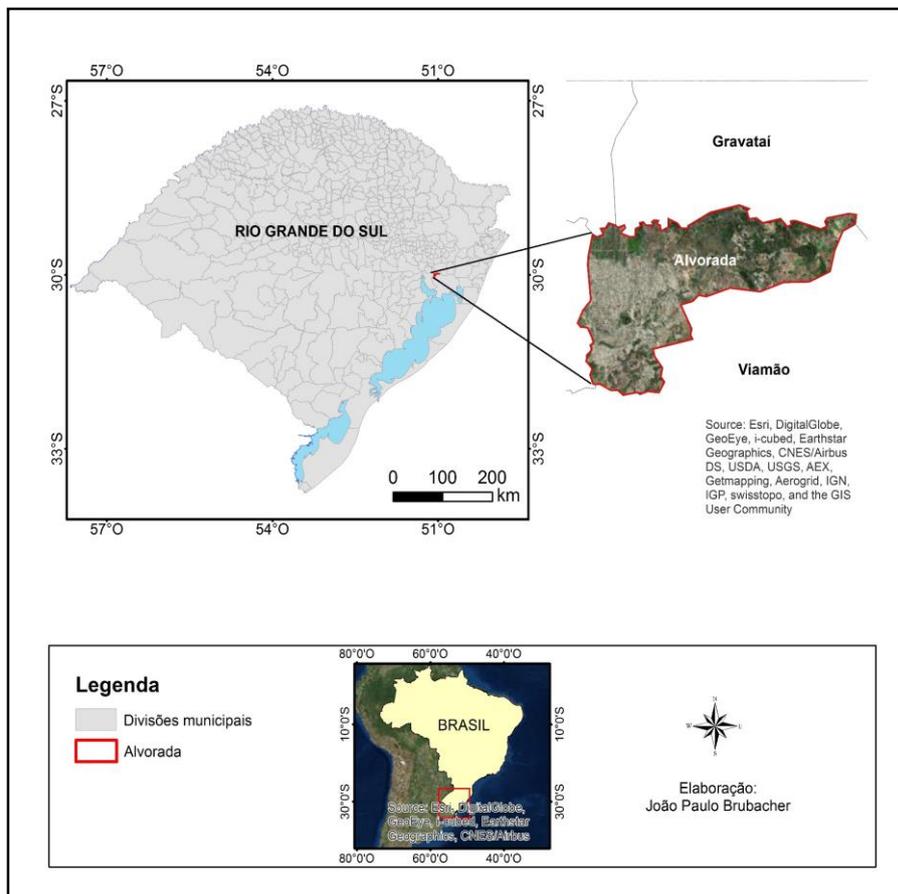


Imagem 1: Mapa de localização do município de Alvorada/RS. Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

territorial iniciou pela distribuição de sesmarias a algumas famílias de renome da região ainda em 1776, mas seu povoamento massivo ocorreu entre 1950 e 1980 e está relacionado a indivíduos que não possuindo renda para aquisição de terras ou manutenção de moradia em outras áreas, a exemplo da capital, fixavam-se no município. Alguns poucos bairros tiveram sua infraestrutura planejada, sendo as

residências financiadas para famílias operárias pelo Grupo Habitasul¹. Muitos outros bairros surgiram espontaneamente em áreas verdes ou em margens dos cursos de água, a exemplo do bairro Americana que sofre com alagamentos constantes. Na atualidade ocorre a urbanização do bairro Porto Verde, bairro destinado a moradores de média, ou “alta” renda, considerado “nobre” dentro do município.

Do ponto de vista dos serviços públicos voltados à limpeza urbana 99,34% da população possui coleta de lixo, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil em 2010 (s/d.), entretanto, a coleta seletiva de resíduos sólidos não cobre mais de 30% da área da cidade segundo dados da própria Secretaria de Obras do Município².

Conforme dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de Alvorada está na casa de 0,699, o que é considerado médio, sendo o bloco educação o de segundo maior peso para o índice, ficando atrás do indicativo renda. Ainda segundo dados do IBGE (s/d.), 87% do município estava ligado à rede de esgotamento sanitário e de acordo com dados do Censo de 2010, 38,8% apresentava urbanização adequada demonstrando a presença de bueiros, calçada ou pavimentação. Quando comparado a outros municípios do Rio Grande do Sul quanto a estes quesitos, com relação a esgotamento assume a 46ª posição e a 93ª com relação a urbanização³.

O salário médio mensal das pessoas ocupadas formalmente dentro do município era de 2,3 salários mínimos em 2016, ou seja, aproximadamente R\$ 2,050 reais. Dados da pesquisa do CEMPRE - Cadastro Central de Empresas (2016), informada no site do IBGE, e, apenas 10,6% da população total trabalha dentro dos limites da cidade. Isso coloca Alvorada na 420ª posição do total de 497 municípios em relação ao percentual de população ocupada localmente. Este dado pode nos dar a dimensão do deslocamento populacional diário em direção a outras cidades para o exercício do labor diário.

Outro ponto que chama a atenção relativo a renda é que 31% da população (em torno de sessenta mil pessoas), possuem como rendimento nominal mensal até

¹ Grupo Habitasul é um Grupo de fomento habitacional da região sul.

² Dados obtidos diretamente da secretaria de obras do município a partir de pesquisa realizada para a disciplina de Conservação da Natureza.

³ Dados obtidos a partir do site IBGE.

meio salário mínimo, (Censo, 2010), situação que coloca Alvorada na posição 250° de 497°, considerando o ranking dos menores rendimentos médios nominais mensais do estado. Também pelos dados do último censo IBGE (s/d.), o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município em 2010 girava em torno de R\$ 11.353,07, sendo o menor PIB *per capita* do estado, situação já constatada por Talita Rondam Herechuk (2011), para o ano de 2007.

Sobre esta realidade social cabe fazermos uma análise de como se enquadram os diferentes segmentos da população. Muitas famílias são chefiadas por mulheres, em torno do 9% da população (1.929 em números absolutos). Considerando trabalho e renda o percentual da população em situação de vulnerabilidade a pobreza somava 23,66% em 2010, e do total de jovens de 15 a 24 anos (35.670), 8,21%, ou seja, 2.920 jovens, não possuem qualquer atividade relacionada a trabalho ou estudo considerando como referência o ano de 2010, Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (s/d.).

Traçando um panorama mais geral da escolaridade da população, segundo o mesmo Atlas, tem-se que: a proporção de jovens de 15 a 17 anos com fundamental completo é de 48,50%. Da população de 25 anos ou mais, 4,81% são analfabetos, 52,65% possuem o ensino fundamental completo, somente 30,03% o médio completo e apenas 2,90% possuem ensino superior. O maior percentual de pessoas cursando o ensino superior está na faixa etária dos 18 a 24 anos. Dezesete escolas do município ofertam a modalidade de ensino médio, onde atuam em torno de 400 docentes. Matricularam-se em 2017, 6.987 alunos (IBGE, s/d.).

Contudo, para além dos dados cabe considerar os aspectos do território e da população que não se refletem somente através dos números. Alvorada foi por muitos anos considerada popularmente como cidade corredor devido as suas vias que conectam Porto Alegre a outras cidades. Quanto a sua função assumiu a característica de cidade dormitório, para qual os moradores voltavam ao final da jornada de trabalho, pois em sua grande maioria, trabalhavam em Porto Alegre, o que demonstra o baixo grau de desenvolvimento do município. Sobre este aspecto Herechuk, afirma que:

Consequentemente, o termo passou a ser empregado, em um sentido pejorativo, em diversos contextos regionais, podendo-se encontrar, facilmente, inúmeros casos de sua ocorrência através de uma rápida pesquisa na mídia impressa e digital. O emprego desse termo está associado

também à situação de vulnerabilidade social e territorial em que seus moradores encontram-se. (HERECHUK, 2011. P. 47).

É necessário salientar o “mito da violência” gestado pelos meios de comunicação que por muitos anos colocou Alvorada como o município mais violento do estado. Mito internalizado pelos seus moradores e por aqueles que lançavam um olhar extramunicipal para o território. Convive-se sim com a violência isso é fato, e em alguns bairros esta é uma realidade bem mais dura, porém se criou sobre todo município e seus cidadãos um rótulo e um estereótipo respectivamente. Ao fazer a análise como a mídia se reporta ao município a partir da imagens e textos que produz Herechuk (2011, p. 51), afirma que “é um exemplo do discurso formulado sobre a cidade de Alvorada, no qual a violência da cidade é comparada à de uma zona de guerra, e seus moradores são mostrados como marginais sem rosto”.

Em meio a tudo isso situa-se a escola em questão na qual estão eu, enquanto docente, meus alunos enquanto comunidade escolar e todos como moradores do município acima descrito. A escola situa-se em um bairro periférico da cidade na zona leste do município, na parada 61 da avenida Getúlio Vargas (avenida principal), próximo à divisa com Viamão. Constituída de aproximadamente 1040 alunos, a modalidade de Ensino Fundamental II atende oito turmas no Ensino Médio este número sobe para treze, neste caso distribuídas nos turnos da manhã e noite, concentrando a maioria das turmas (nove), no período matutino. A biblioteca, apesar de pequena, funciona em dois turnos e oferece dois computadores para utilização dos alunos. Apresenta projeto de robótica e laboratório de ciências. Recentemente foi terminada a quadra de esportes coberta e iluminada possibilitando a pratica esportiva para o turno da noite.

Dentro da Coordenadoria de Educação a escola pedagogicamente é considerada a mais organizada de Alvorada, segundo palavras da própria coordenação. Penso que em algumas partes o seja, principalmente do ponto de vista burocrático (avisos à comunidade, horários, documentos legais, cumprimento de carga horária dos alunos). Realmente a escola em sua estrutura, organização e atendimento aos alunos tenta transcender de alguma forma a imagem do município. Muito deste resultado é reponsabilidade dos professores e da direção que por vezes assumem atividades para além de sua carga horária para que atividades e burocracias possam ser cumpridas em tempo hábil.

Muitos alunos saídos das escolas particulares buscam a instituição por ser “referência” dentro do município. Com lousas digitais, caixas de som e projetor em praticamente todas as salas de aula, trabalhamos com internet disponível aproximadamente 95% do tempo. Esta estrutura foi possível pois a escola, por meio da Secretaria de Educação, estabeleceu parceria com o Unibanco participando do projeto Jovem de Futuro durante os anos de 2008 a 2010. Hoje a escola desenvolve alternativas para captar recursos extra governamentais como brechós, venda de alimentos em eventos escolares, galletos e outras iniciativas.

Órgão importante e ativo é o círculo de pais e mestres. Os conselhos de classe são participativos e os alunos a cada trimestre previamente ao encontro de pais, alunos e professores avaliam o trabalho dos professores, supervisão e direção, assim como a turma num geral. Dentro disto podemos dizer que a escola busca promover a democracia escolar conforme previsto em seu projeto político pedagógico. A direção foi eleita democraticamente pela comunidade escolar e atualmente encontra-se em período de eleições escolares.

O que destoa do ambiente da escola é seu entorno. Ruas completamente esburacadas, calçadas em péssimas condições, pontos de ônibus sem pavimentação, obras inacabadas, focos de lixo escolar (imagem 5), casebres, animais abandonados entre outros. Na sequência trago algumas fotos para que o leitor possa captar a sensação do entorno escolar.



Imagem 2: Rua de acesso imediato à escola. A sinalização na foto indica o local do portão de entrada/saída de pais, alunos e professores. Fonte: Arquivo Pessoal. 2018.

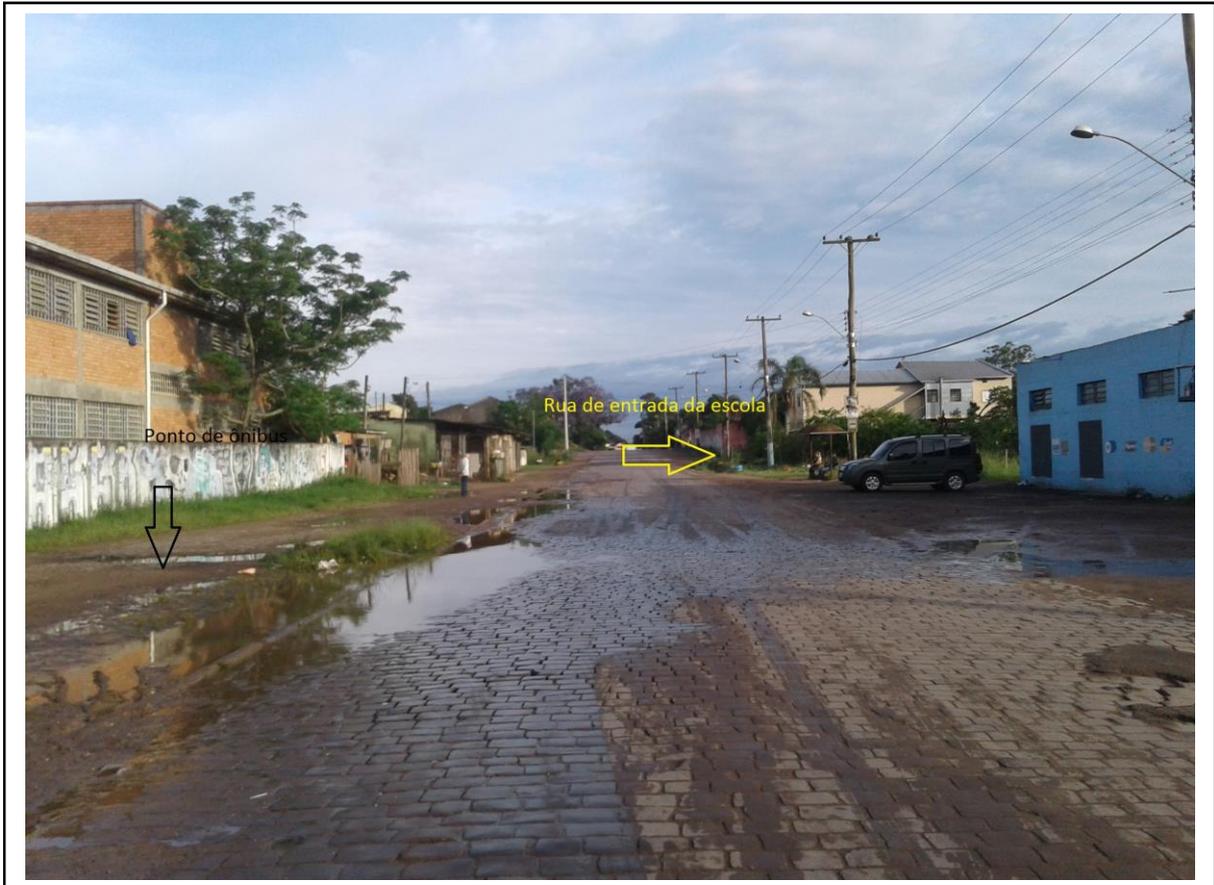
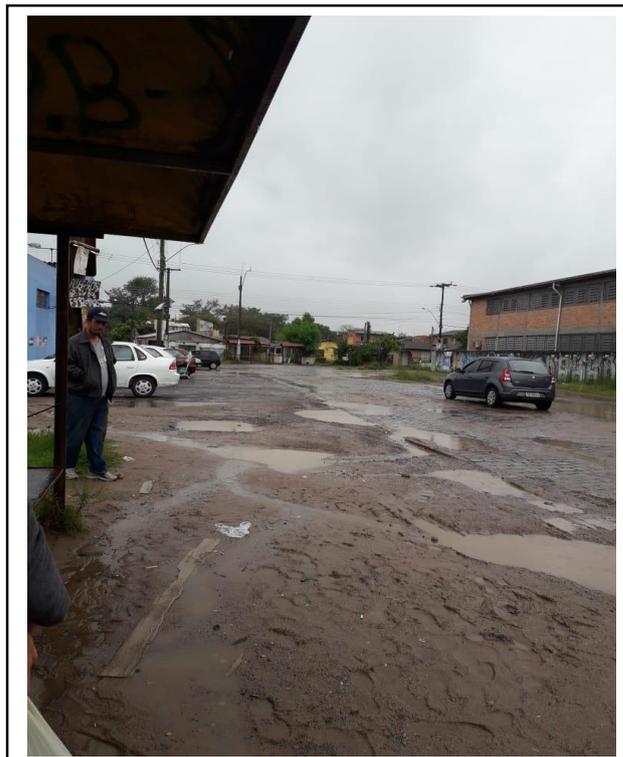


Imagem 3: Avenida Piratini. A seta preta (canto esquerdo), indica o local de ponto de ônibus. Já a seta amarela (centro), indica a rua que conduz à escola. Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.



Conforme as fotos demonstram, há uma carência de urbanização. Exceto o calçamento de paralelepípedo da avenida conforme demonstrado nas imagens 3 e 4 (acima e ao lado), que também interrompe-se logo à frente por uma obra que está estagnada a no mínimo 6 meses e causa o bloqueando da via, a estrutura é bastante carente. Em um dos pontos de ônibus mais utilizados por

Imagem 4: Ponto de ônibus principal para quem sai da escola. Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

professores e alunos não há sequer abrigo. Vale salientar que este espaço além de utilizado por moradores do bairro é utilizado por toda comunidade escolar de duas instituições de ensino que encontram-se a sua volta.



Imagem 5: Focos de lixo no entorno escolar. Fonte: Arquivo Pessoal. 2018.

Interessante é constatar que em meio a condições de precarização da estrutura pública estabelecimentos de ordem privada como mercados, farmácias, creches, madeiras e demais serviços desenvolvem-se no local. A rua ilustrada nas fotos de número dois e três, é uma das principais do bairro, considerada

inclusive uma avenida. Fazendo a conexão entre as ruas menores, em geral não pavimentadas, e a avenida principal de Alvorada (Avenida Getúlio Vargas), é por onde circulam as principais linhas de transporte público, levando inclusive o nome do bairro. Nela está situada também a unidade básica de saúde municipal.

Sobre esta rua há poucos dias em uma das aulas em que o foco era urbanização, um dos alunos lançou o seguinte comentário: “*Sim, qual é a moral de agora arrumarem a praça com a rua daquele jeito?*”. A referida praça está a poucos metros da via principal, no local justamente, onde as obras estão paralisadas. Assim sendo é este o cenário com o qual nos deparamos no entorno da escola. É esta a paisagem principal dos cotidiano da maioria dos alunos.

No quesito instituições culturais, como já foi mencionado na introdução a carência é ainda maior. Um dos poucos e principais locais de manifestações culturais é a praça principal – Praça João Goulart, conhecida como praça da 48. Aqui

acontecem a Feira do Livro, o Acampamento Farroupilha, eventuais shows e parques de diversão. Possui também duas quadras de futebol e uma de vôlei, além de pista de skate. Acaba sendo o ponto principal de encontro da juventude nos finais de semana. Conta com alguns aparelhos para ginástica e um chimarródromo que deveria fornecer água quente para o mate social na praça, mas que segundo relatos dos próprios frequentadores da praça nunca funciona.

Herechuk (2011), fala das representações da cidade pelos alunos de uma escola da rede pública, situada não muito distante da escola em que leciono. O título de sua dissertação de mestrado faz referência a percepção e identificação que alguns jovens, também estudantes de uma escola pública, possuem sobre Alvorada. Chamou-me atenção que não há um padrão homogêneo, muitos encaram a cidade como lugar de violência e exclusão, mas muitos encontram neste espaço um lugar onde desenvolvem seus laços, levam suas vidas significando suas existências. Neste sentido me vem à cabeça um trecho da música *Somos quem Podemos Ser* da banda Engenheiros do Havaí (1988), que afirma que “Somos quem podemos ser/ Sonhos que podemos ter”.

Sonhos referem-se a utopias. Utopia pressupõem busca, e buscamos o que seja a partir de onde estamos no mundo. Assim se as percepções destes jovens nos indica que há a possibilidade de um novo olhar para a cidade e sua população, é necessária a construção de um espaço que permita contribuir com isso.

A educação neste sentido pode e deve ajudar na construção de uma identidade mais positiva do local onde estão inseridos estes jovens e os próprios professores. Todavia esta busca por uma identidade mais positiva não deveria limitar-se a propostas que restrinjam-se a atividades puramente escolares. A escola poderia, e a meu ver, deveria articular-se buscando o diálogo com instituições públicas e quiçá privadas a fim de promover melhorias para a comunidade que a cerca.

4 DAS AULAS, DA POLÍTICA E DOS ALUNOS

Entendo que seria incoerente dispensar de minhas aulas o elemento político ao trabalhar alguns assuntos como por exemplo: Estado, Nação, Território e Geopolítica, entre outros, uma vez que é a política que tece quase toda a trama social em que estamos inseridos.

Para falar sobre política tomo emprestado o conceito de Iná Elias de Castro (2005) ao definir essa como expressão e modo de controle dos conflitos sociais. A expressão pode ser percebida pelas tensões sociais existentes. Os modos de controle pressupõem relações de poder mais ou menos consentidas, mas, quase sempre hierarquizadas, de forma que uma das partes sempre deverá ceder. Destinada a tais resoluções está a esfera institucional, representada pelo Estado e seus agentes, regrados pelo contrato social estabelecido na constituição. Conforme Wolfgang Leo Maar (1991), quando os interesses sociais de determinados grupos tornam-se um direito regulamentado, estas aspirações adquirem sentido político.

E por que tais assuntos se fazem políticos?

O *Território*, tema tão caro para a geografia, definido como a base física e simbólica da sociedade, se apresenta para diversos autores como uma das categorias de análise da geografia. Como o território adquire significado a partir da apropriação do espaço sobre o qual se estabelecem relações de domínio e poder que são assimétricas, o território se torna um espaço político. (CASTRO, 2005).

Outro conceito importante – *Estado* – aparece dentro da mesma lógica, uma vez que o estado moderno do qual se originará o território brasileiro atual, nasce dotado de características que constituem um território. Nessa perspectiva tem-se que:

entre os qualificativos do Estado Moderno – uma forma de Estado específica e historicamente localizada – está o fato de ele possuir um espaço demarcado de exercício de poder, o qual pode estar integralmente sob seu controle efetivo ou conter partes que constituem objeto de seu apetite territorial. De todo modo, a modernidade fornece uma referência espacial clara para o exercício do poder estatal: uma jurisdição. A construção política dessa jurisdição pressupõe um domínio efetivo sobre uma porção da superfície terrestre, a qual se qualifica como base física desse poder, expresso no aparato estatal. (MORAES, 2002. p. 61).

Deste modo, os autores como Maar (1991), Castro (2005) e Moraes (2002), corroboram a ideia na qual o Estado se constituirá no mais importante aparato jurídico institucional, portanto, político na medida em que caberá a esse regular os conflitos

de toda ordem ocorridos em seu território. Exercerá sobre a base física de seus domínios e sobre sua população relações de poder. Poder esse, político, estabelecido tanto pela coerção quanto pela autoridade, contudo, sempre fundamentado nas leis. Neste sentido complemento a ideia utilizando as palavras da Castro (2005, p. 111), ao afirmar que “no campo político, o nascimento do Estado moderno definiu o marco da centralidade territorial e institucional do poder político”.

Dessa forma, ao abordar a formação territorial do Estado brasileiro é impossível não falar do projeto político-comercial europeu para o Brasil, bem como do processo de distribuição de terras no país; da falácia empreendida para a construção da ideia de “nação”; da jogada que tornou o Brasil “soberano”, entre outros.

O processo de formação territorial do Brasil se enquadra no contexto dos parágrafos acima descritos, ou seja, no contexto do “apetite territorial” de nações europeias como Portugal e Espanha. Este projeto será não somente válido para o Brasil, como também para toda a América Latina.

Tema trabalhado no primeiro semestre do ano com turmas do segundo ano, teve como objetivo permitir ao aluno a compreensão da configuração socioterritorial atual do país a partir da herança colonial, em função dos diferentes ciclos econômicos estabelecidos em favor das necessidades europeias. Gerando desiguais arranjos espaciais, tal empreendimento exploratório sempre esteve coordenado por ordenamentos legais. Sobre este processo de entrelaçamento do espaço com o político e o jurídico considerando a história do território brasileiro, Ruy Moreira afirma que:

A forma de organização geográfica das sociedade brasileira atual tem sua origem na disponibilização que fatia o espaço indígena em grandes domínios de propriedade, instituindo a colonização portuguesa à base de um poder do colono a um só tempo fundiário, territorial e político. Terra território e senhorio político, num tripé, formam, desde então, a estrutura de espaço sobre o qual se ergue a sociedade no Brasil. (MOREIRA, 2011. p. 11).

Nesta perspectiva se concretiza institucionalmente o conceito de política apresentado como balizador deste trabalho uma vez que agora os conflitos serão mediados e controlados segundo as regras da coroa portuguesa, Estado ao qual o Brasil colônia responderá juridicamente, tanto é que Moreira (2011), afirmará que a partir desse momento a disponibilização do espaço se desdobrará na regra que lhe dê nova forma, função e uso, ou seja, a partir de agora o espaço antes indígena, será

transformado em território Português.

Também sobre a tutela do regramento político institucional que assume um caráter jurídico, será mediada a distribuição de terras, assunto tão debatido por geógrafos professores e bacharéis. Uma dentre as maiores causas geradoras de conflitos entre diferentes seguimentos sociais ainda hoje, foi a distribuição de terras no Brasil, inicialmente realizada conforme a lei das sesmarias que consiste num sistema de doações de terras pelo poder estatal português. (MOREIRA, 2011).

Neste sentido, em aula ao mostrar para os alunos um conjunto de mapas que apresentam a configuração atual do Brasil, regredindo temporalmente até as primeiras divisões territoriais do país, propôs-se uma análise comparativa, para que se pudesse evidenciar quão influente fora tal política distributiva, sua contribuição para a concentração de terras e como podemos enxergá-la principalmente em determinadas regiões do país a exemplo das regiões norte/nordeste. Prestam-se portanto, os mapas, a elucidar situações a fim de criar possíveis tensionamentos que possam ser questionados e debatidos.

No campo político cabe lembrar que o Brasil adentra na categoria de Estado independente com algumas peculiaridades. A primeira delas é com relação a independência que é “realizada” pelo colonizador e não pelos colonizados. Sua soberania é paga, não conquistada. Sobre isso me refiro ao pagamento realizado por parte do Brasil à Portugal - o colonizador, para que este reconhecesse o Brasil como soberano⁴. A segunda diz respeito ao sistema político adotado imediatamente após a independência: a monarquia, o que tornou o Brasil um caso único em uma América formada por repúblicas. (FAUSTO, 2015).

Último país das Américas a abolir a escravidão, este sistema de mão-de-obra forçada consistiu-se justamente no sustentáculo⁵ econômico e político da monarquia deixando cicatrizes sociais que se refletem no território até o momento presente. Cicatrizes como o preconceito e a invisibilidade com relação aos indivíduo, gerando

⁴ Conforme Eduardo Bueno (2012), aqui refiro-me ao pagamento que deveria ser feito pelo Brasil a Portugal para que este país reconhecesse a independência brasileira. Não detentor de tal quantia monetária, concretiza-se o primeiro empréstimo internacional da então nação independente junto a Inglaterra.

⁵ De acordo com Boris Fausto (2015), o imperador e burocracia imperial faziam por retardar as ações abolicionistas, atendendo aos interesses dos grandes fazendeiros e grupos ligados ao comércio de escravos.

correspondentes espaciais como a segregação e a exclusão. Segundo Eduardo Bueno (2012), o próprio preconceito perpetuou a segregação social, e mesmo estando no segundo milênio o Brasil ainda carrega o peso de um passado sombrio.

Posteriormente tornamo-nos republicanos, mas o pacto federativo não amenizou as disputas existentes no território entre os diferentes grupos de interesse. Então, é hora de juntar os cacos e garantir uma unidade. Tornamo-nos então uma nação! Conjunto de habitantes que ligados a um território possuiriam tradições e língua em comum. Mas como? Indígenas, portugueses, africanos, língua e tradições em comum? Passa assim, o povo, a integrar o corpo da nação, que possui agora “artificialmente” uma comunidade de destino e identidade territorial e portanto será dirigida pelo estado conforme a vontade comum. (CASTRO, 2005).

Porém, os diversos grupos que formam o povo ou a nação brasileira não são, nem nunca foram homogêneos, tão pouco partem de condições sequer semelhantes, e caberá ao estado, instituição a qual todos estes grupos estarão submetidos mediar os conflitos que emergem.

Cabe salientar que perante o contrato social que “garante” o regramento de nossa sociedade todos são iguais perante a lei, conforme está enunciado no texto da Constituição Federal de 1988, a chamada constituição Cidadã, que em seu preâmbulo com relação a igualdade traz a seguinte afirmação:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte. (PLANALTO, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Porém, como por direitos somos todos iguais perante a lei, mas de fato, enquanto sociedade, somos “Todos iguais, todos iguais/ Mas uns mais que os outros”, como traz a música *Ninguém = ninguém*, de 1992, da banda Engenheiros do Havaí, é de extrema relevância a compreensão do funcionamento do Estado como estrutura mediadora dos conflitos sociais. É importante portanto a discussão política em sala de aula, e cabe a mim enquanto educadora suscitar tais discussões nas aulas de geografia para que não se reproduza o que aponta Nestor André Kaercher (1999, p. 69) quando afirma que “a Política e a Economia são vistas como ‘auxiliares’, quase

invasoras, das quais nos valem somente para aprimorar um determinado raciocínio ‘geográfico’”.

Ora, se a política configura o território estruturando relações de poder e ao mesmo tempo media os interesses entre os diferentes grupos, e estes grupos relacionam-se com o espaço a partir de suas condições sociais e econômicas, é dever da geografia trazer este assunto à baila, inclusive por ser tal assunto objeto de estudo para o campo da geografia política. Em contrapartida encontrei na realidade diária da sala de aula, quantidade significativa de alunos que demonstram não compreender ou sequer interessar-se pelo assunto. Em diversas situações demonstram um desconhecimento com relação às informações mais simples no que se relaciona ao funcionamento do Estado, conectando esferas de poder a responsabilidades que não lhe cabem, assim como ações a cargos que não possuem alçada para tal. Esse desconhecimento abre possibilidade para a formulação de hipóteses e opiniões construídas a partir da mídia ou do senso comum; os lança a acreditar em soluções simplistas para problemas sociais complexos, crendo que uma só pessoa poderá resolver sozinha todos os males do país. Reforça-me então como necessária a contribuição da escola para o esclarecimento político. Neste sentido as aulas de geografia podem contribuir na medida em que promovam debates permitindo a expressão de ideias, é na tempestade de ideias que surgem os questionamentos; relacionando os acontecimentos da vez (televisão, internet ou jornais), com a vida dos alunos e principalmente voltando o olhar para como estes acontecimentos interferem em nosso entorno. Questionar, chamar a atenção, esclarecer, são ações que devem se fazer presentes na vida diária.

Pedagogicamente se tornou complexo abordar tais assuntos, justamente pela resistência demonstrada pelos alunos que compreendem o assunto como “chato”. Outro desafio é propor e estimular os alunos a refletir politicamente e/ou pensar em uma participação efetiva que incorram em mudanças, tendo em vista a sensação de imobilismo gerada a partir da vivência em determinadas realidades como a de Alvorada. Nesse sentido essa realidade encontrada em minha caminhada docente entra em choque a todo instante com minhas concepções, tomando por base uma leitura política do espaço. Se nosso entorno é pobre, deficiente e perigoso o que eu enquanto professora de geografia que falo acerca do espaço, e da sociedade posso fazer, tendo em vista que não temos uma varinha mágica e devemos enquanto

cidadãos agir dentro dos marcos legais? Poderíamos fazer protestos em frente à prefeitura, mas cabe lembrar que trabalho com menores. E mesmo que fossem maiores, será que se disponibilizariam? Muitos já creem que isso seria em vão, perca de tempo. Fica evidente então a descrença.

No entanto, falava-me mais alto a necessidade de provocar instabilidade em tal situação. Logo, já que vivemos em um democracia representativa onde o principal ator social de modificação do território é o Estado em suas diversas esferas de poder, e dentro dessas estão em jogo projetos que contrapõem diferentes perspectivas de igualdade social, algumas cuja efetivação pode segregar e invisibilizar pessoas, uma possibilidade foi permitir aos alunos conhecer como funciona esta arena de disputas e quais as perspectivas daqueles que nela atuam. Sobre isso, Maar (1991), afirma que o governo, a presença do estado, as eleições, os partidos estão aí, exigindo um mínimo de posicionamento de cada um. Neste sentido instrumentar os alunos minimamente sobre o “funcionamento institucional” do processo democrático representativo dentro de nosso país, a função de cada poder dentro do sistema republicano, o que é necessário para aprovação ou rejeição de projetos, foi minha aposta como forma possível de participação cidadã.

Propus então para meus colegas docentes que o trabalho de Ciências Humanas do primeiro trimestre de 2018, abordasse o tema da política estatal. A área que é composta pelos componentes curriculares: Geografia, História, Sociologia e Filosofia, concorda com uma trabalho de pesquisa que deveria contemplar os itens a seguir:

- a) História do surgimento da política no mundo antigo – visão de Platão e Aristóteles;
- b) Estrutura e função de cada um dos poderes no Brasil. (Executivo, Legislativo e Judiciário);
- c) Descrição das funções públicas - cargos: quem são os representantes dos três poderes (ex: vereadores, senadores, etc.);
- d) Eleições no Brasil (quem vota, tempo de mandato, como são eleitos estes representantes, como funcionam as eleições, peso do voto de cada estado);
- e) O voto nulo e o voto em branco;

f) Elaboração e interpretação de uma tabela em que conste os seguintes itens: 1) unidade federativa, 2) tamanho da área da UF, 3) total da População da UF em 2017, 4) número de deputados estaduais e federais por UF, número de senadores por UF, e interpretação dos dados da tabela.

g) Conclusão com texto próprio a respeito das informações encontradas.

Cabe ressaltar que para a Geografia o entendimento de todos estes itens são importantes, uma vez que o surgimento da política está diretamente ligada a reflexão e decisão acerca dos elementos do espaço, por aqueles que o habitam.

Quando entregue os requisitos do trabalho houve uma reação por parte dos alunos no sentido de acharem a tarefa trabalhosa. A parte que mais queixaram-se foi a construção da tabela (item f), por não a encontraram pronta. A tabela visava-se uma compreensão básica de que as diferentes unidades da federação possuem números diferentes de representantes para suas populações. A intenção geográfica da solicitação de tal tópico era levantar o questionamento sobre por que isso ocorre e que efeito social pode causar tais disparidades de representação. Outro objetivo do trabalho era despertar a atenção para o fato que devido à complexidade de nosso sistema político institucional não escolhemos boa parte de nosso “representantes”, para o caso do poder legislativo, levando em consideração que muitos dos deputados federais, estaduais e vereadores bem votados não se elegem devido á lógica do sistema eleitoral brasileiro.

Realizando uma análise mais geral dos trabalhos, poucos chegaram a esta algum tipo de interpretação sobre os dados. Muitos apresentaram-se incompletos, outros trouxeram uma cópia integral de textos prontos em sites que repetiam-se em diversos trabalhos, a exemplo dos anexados a este material. Alguns chegaram a ponto de no texto conclusivo que deveria ser de elaboração própria, momento em que se chama o aluno a expressar suas ideias sobre a parte mais técnica de sua pesquisa, ser idêntico ao do colega, conforme demonstrado a partir das conclusões a seguir extraídas de duas produções distintas, vide imagens (6 e 7) abaixo.

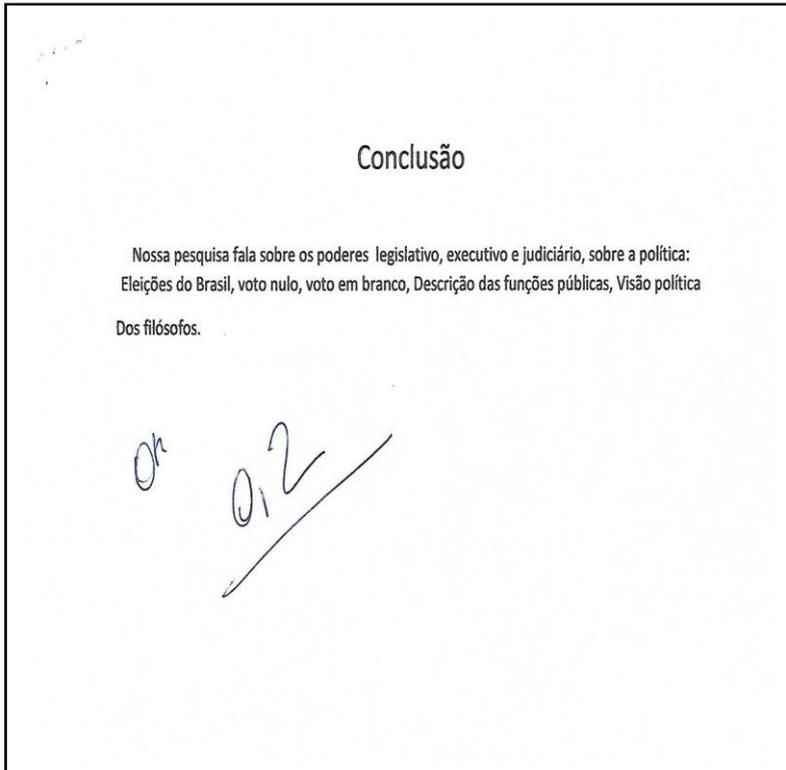
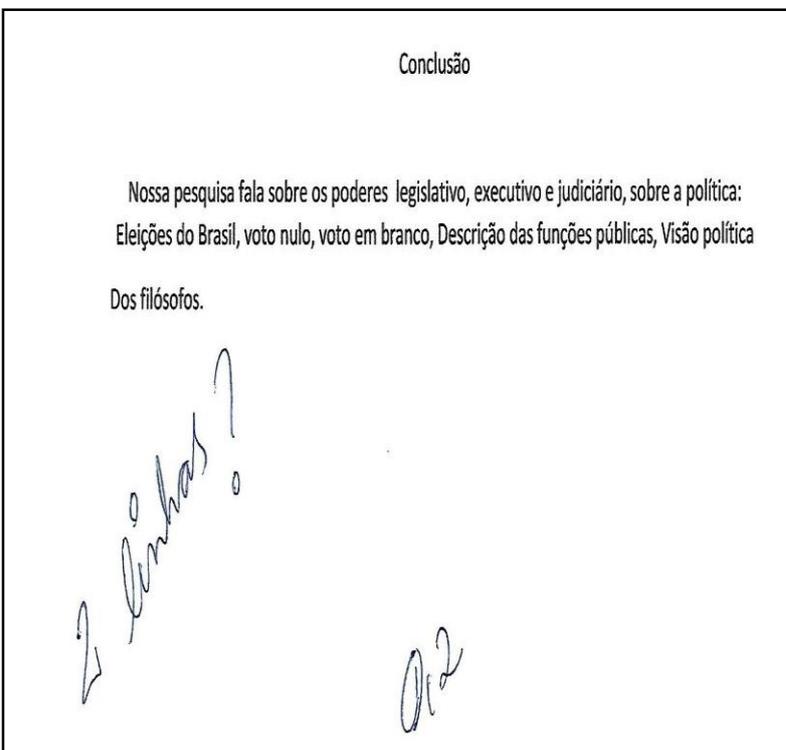


Imagem 6 (acima): Trabalho #1; Imagem 7 (abaixo): Trabalho #2. Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.



Na devolução das produções ao questionar termos que haviam surgido nas redações nem mesmo o grupo autor da redação sabia responder, ainda que fosse com suas palavras e aí seria impossível não me atravessar a mente nesta hora, os versos da música *Estudo Errado*, de Gabriel O Pensador (1995), quando o aluno dizia: “Na hora do jornal eu desligo porque eu nem sei nem o que é inflação”. Apareceram também outros detalhes como diferentes formatações dentro da mesma produção que demonstravam uma repartição das tarefa entre os diferentes integrantes do grupo, além de introduções produzidas a partir da cópia literal das instruções que entregamos na solicitação da pesquisa.

Ainda assim, mesmo após devolver o material

para os alunos, durante as aulas, tentei e continuo tentando relacionar o máximo possível o assunto pesquisado com os assuntos previstos no cronograma. Faço isso na expectativa de que os alunos compreendam os processos que permitem a

construção e a continuidade histórica de determinados problemas sociais. Porém sempre que me referia ao assunto política surgiam alguns reclames do tipo: “ahh, política, que saco!”.

No segundo trimestre já havia sido definido como tarefa avaliativa (e assim foi operacionalizado) que os alunos em grupo, pesquisassem sobre determinado candidato à Presidência da República, indicado para o grupo por sorteio. Posteriormente no terceiro trimestre seria feito uma atividade simulando um debate entre os candidatos. Novamente a maioria dos trabalhos trouxeram na íntegra informações sobre os possíveis presidentes, tais quais estavam nos sites. Foi possível identificar os sites de consulta de acordo com os textos, grifos, hiperlinks, etc. A seguir apresento parte de um trabalho que demonstra tal afirmação na medida em o texto contido na redação dos alunos está idêntico ao que consta no site utilizado para consulta indicado na bibliografia. Apresento aqui apenas a parte interna do trabalho de forma a não expor os alunos.

Nascimento	12 de junho de 1970
Nacionalidade	Brasileira
Formação	Economia
Partido	DEM-RJ
Site Oficial	www.rodrigomaia.com.br/
Redes sociais	Twitter Facebook

Filho do ex-prefeito do Rio Cesar Maia, o deputado federal Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio Maia (Santiago do Chile, 12 de junho de 1970) se elegeu em 2010 para o seu quarto mandato na Câmara, após ter sido presidente da sigla entre 2007 e junho de 2011.

Articulador político habilidoso, integra desde 2002 a lista dos 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional, segundo pesquisa do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

Veja especial do iG sobre as eleições 2012

Pela influência do pai, iniciou a carreira política como o mais jovem secretário de governo da Prefeitura do Rio, aos 28 anos, na gestão de Luiz Paulo Conde, sucessor de Cesar Maia. Depois, eleito deputado federal, integrou as principais comissões da Casa.

A partir de 2007, exerceu a presidência do DEM em período turbulento, em que teve de lidar com a crise provocada pela saída de importantes quadros do partido para o recém-criado PSD.

Após uma aproximação que parecia improvável, dado o passado de grande antagonismo político entre as famílias, em março, Rodrigo Maia se aliou à deputada estadual Clarissa Garotinho – filha dos ex-governadores Anthony Garotinho e Rosinha Garotinho - para se candidatar à Prefeitura do Rio.

A aliança foi forjada em torno da percepção de que só os novos representantes dos dois principais clãs políticos nas duas últimas décadas poderiam derrotar o prefeito atual e candidato à reeleição, Eduardo Paes (PMDB), que conta com o apoio do governador Sérgio Cabral. Rodrigo Maia é o pré-candidato do DEM para a Prefeitura do Rio.

Casado com Patrícia Vasconcelos, enteada do ministro (Secretaria de Assuntos Estratégicos) e ex-governador do Rio Moreira Franco, e pai de três filhas.

<https://ultimosegundo.ig.com.br/rodrigo-maia/#f82faf1a07693511100015e.html>

Imagem 8: Página do site. Fonte: Arquivo Pessoal, 2018

Ficou claro ao ler os trabalhos que os alunos novamente tinham repartido as tarefas, trazido termos, conceitos e assuntos que desconheciam ou não entendiam, e, o que é pior, provavelmente não tinham buscado esclarecimentos. Alguns exemplos presentes nos trabalhos: Tripé macroeconômico, Movimento Brasil 200, comunismo, liberalismo, reformas de base, isenção fiscal, divisas, entre outros.

Com o correr do trimestre e a aproximação das eleições os ânimos se acirraram, tendo em vista a polarização política demonstrada pela sociedade. Esta

polarização adentrou a sala de aula. Como não se faria possível estar presente mais de um professor da área por turma para conduzir e avaliar a atividade devido a

dinâmica do horário da escola, entendeu-se como alternativa viável cada grupo apresentar o candidato sobre o qual pesquisou apenas de forma expositiva. Ao final

Bibliografia do Rodrigo Maia:



Ultimos

Filho do ex-prefeito do Rio Cesar Maia, o deputado federal Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio Maia (Santiago do Chile, 12 de junho de 1970) se elegeu em 2010 para o seu quarto mandato na Câmara, após ter sido presidente da sigla entre 2007 e junho de 2011.

Articulador político habilidoso, integra desde 2002 a lista dos 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional, segundo pesquisa do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

Pela influência do pai, iniciou a carreira política como o mais jovem secretário de governo da Prefeitura do Rio, aos 26 anos, na gestão de Luiz Paulo Conde, sucessor de Cesar Maia. Depois, eleito deputado federal, integrou as principais comissões da Casa.

A partir de 2007, exerceu a presidência do DEM em período turbulento, em que teve de lidar com a crise provocada pela saída de importantes quadros do partido para o recém-criado PSD.

Casado com Patrícia Vasconcellos, enteada do ministro (Secretaria de Assuntos Estratégicos) e ex-governador do Rio Moreira Franco, é pai de três filhas.

- Sigla: (DEM)

Rodrigo Maia costurou sua candidatura com o apoio tanto da "direita" como dos comunistas. O PT quase chegou a lhe dar apoio aberto, e Lula não considerava ruim sua vitória. Consta que prometeu aos tucanos desenterrar a CPI da UNE, e ao PCdoB o contrário.

da apresentação o grupo foi questionado pelo professor e foram abertas perguntas para o restante dos alunos. A avaliação se daria na medida em que os alunos soubessem responder as questões formuladas pelo professor. Para as turmas que fiquei responsável, tais perguntas foram elaboradas a partir do material produzido pelo grupo ainda no segundo trimestre, sobre o qual foi solicitado que mantivessem uma cópia, pois não devolveríamos de imediato. Das perguntas realizadas algumas mais gerais foram:

Imagem 9: Trabalho de pesquisa de alunos do 3º ano sobre o presidenciável Rodrigo Maia. Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

a) Qual a posição do candidato(a) pesquisado com

relação à reforma trabalhista? O grupo concorda com a posição do candidato(a)? Se vocês estiverem submetidos a estas regras estariam de acordo?

b) O candidato(a) se mostrou favorável a reforma da previdência? O grupo concorda com a postura assumida? Justifique por que concorda ou discorda.

c) Qual a proposta do candidato(a) para a educação? Vocês a aprovam?

d) Como o candidato(a) se posiciona frente as políticas públicas: bolsa-família, cotas universitárias? O que o grupo pensa de tal posição?

e) O candidato(a) se mostra favorável às privatizações? Vocês creem que estas medidas resolveriam o déficit do país?

f) Se estas propostas estivessem no plano de governo de outro candidato(a), seriam encaradas como propostas esquerdistas?

g) O que caracteriza o liberalismo para vocês?

h) Na opinião do grupo o que explica a diferença gritante de intenção de votos entre candidatos que possuem propostas semelhantes?

Estes tantos e outros questionamentos foram lançadas por mim aos discentes na intenção de provocar a reflexão principalmente questionando a si próprios em que medidas tais assuntos impactariam suas vidas, já que o trabalho escrito, segundo minha percepção, proporcionou a eles poucas possibilidades para isso.

Durante as apresentações pude perceber uma postura mais curiosa de alguns determinados grupos, um envolvimento maior na busca de informações sobre os candidatados até para a escolha de seu próprio voto, mas ainda foi grande o número de alunos que continuaram sequer lembrando do que haviam escrito, ou que não sabiam responder sobre o que haviam escrito.

Dessa forma compreendendo o valor e a relevância que a política tem como assunto a ser abordado em sala de aula porém, tendo como contrapartida de grande parte do corpo discente tudo o que até aqui foi relatado, invoco Felipe Velho Azevedo Costa (2018), colega docente que veio nos falar durante as aulas de Estágio Supervisionado em Geografia III. A frustração será algo sempre presente, logo, guardadas as devidas proporções tenho tentado desligar o “sinal vermelho” da frustração, não a desconsiderando, até porque estaria sendo cínica, mas tentado não permitir com que o sentimento de fracasso, frente as tentativas empreendidas, domine o ser docente. Trabalhar com a frustração de forma positiva tentado revisar meus métodos ou abordagens na tentativa de estabelecer um canal de escuta e dialogo significativas para os alunos é o que almejo. Assim quem sabe possam ter uma outra postura quando da proposição de temas políticos.

Nessa condição, considerando a trajetória desenvolvida ao longo do ano e percebendo tal despreço pelo assunto proposto que foi constatado por meio da despreocupação com a realização dos trabalhos, a pouca criação de uma escrita própria que demonstre posicionamento pessoal, textos que são plágios da internet, a postura perante as discussões em sala de aula e o desconhecimento externalizado em comentários e afirmações, suscitou em mim a escrita deste trabalho de conclusão. Conforme, Adriana Dorfman (2015), muitas práticas são realizadas no ambiente docente mas poucas são documentadas por nós professores. Assim na perspectiva

de constituir uma pesquisa docente que busque captar e compreender o pensamento de meus alunos em relação à política, realizei uma avaliação fundamentada em um questionário documentado, com o intuito de certificar ou não minhas percepções docentes, além de refletir a compreensão dos alunos sobre a presença do estado e sua organização política na esfera municipal. O próximo capítulo mostra as respostas obtidas e tece algumas interpretação a respeito.

5 O QUE OS ALUNOS DIZEM: UMA TENTATIVA DE COMPREENSÃO

O questionário elaborado (conforme imagem abaixo) conta com dezesseis questões e foi estruturado a partir de dois blocos, o primeiro bloco questões um (1) a oito (8), conta com questões mais gerais e de compreensão teórica. Na sequência as questões de nove (9) a quinze (15) tratam de assuntos ligados a gestão/organização do município, e a décima sexta questão voltada para a avaliação de práticas que foram realizadas em aula e apresentadas no capítulo anterior.

FACED
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Este questionário possui finalidades estritamente acadêmicas.
Você não precisa se identificar.
A questão número 4 está condicionada a resposta da questão de número 3.

Idade _____ Ensino Médio: 1º Ano 2º Ano 3º Ano

Profissão que almeja _____

Grau de instrução do pai: _____

Grau de instrução da mãe: _____

Profissão do pai: _____ Profissão da mãe: _____

Caso você não conviva com pai e mãe,
informe os dados acima referentes aos seus responsáveis diretos.

1. Você fala de assuntos políticos com seus amigos? Que tipo de assuntos?

2. A política interfere no seu dia a dia em Alvorada?

3. Você costuma informar-se a respeito?
 Sim Não

4. Qual o meio de comunicação mais utilizado para informar-se?
 TV Internet redes sociais Rádio
 Familiares Internet jornais/revistas online Amigos

5. Para você o que é ser cidadão?

6. Em duas linhas, o que caracteriza liberalismo, socialismo e comunismo?

7. Na sua percepção, qual é a diferença principal entre ditadura e democracia?

8. Em que situações as leis e/ou a democracia poderiam ser desrespeitadas?

9. Onde você enxerga a figura do Estado dentro de Alvorada?
 Praças Prefeitura Farmácia Associação de Bairro
 ONG Posto de Saúde Escola Igreja Outros _____

10. Qual a função de um vereador? Você sabe quantos existem em Alvorada?

11. Qual dos poderes abaixo é representado pelos vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores?
 Poder judiciário Poder executivo Poder legislativo

12. Caso em sua rua exista a lâmpada de um poste queimada você sabe qual órgão deve se reportar para avisar?

13. Para avisar ou reclamar sobre focos de lixo em seu bairro para onde você ligaria?

14. Se desejar reclamar do transporte público local, além da empresa de ônibus, com qual outra instituição você pode se comunicar?

15. Você sabe qual o setor da prefeitura deve acionar se encontrar animais perdidos ou mortos na rua?

16. Os trabalhos sobre cargos e funções institucionais e sobre os presidenciais para as eleições de 2018 te acrescentaram informações que julgas relevante? Pode citar uma?

Imagem 10: Questionário distribuído aos alunos para a realização de minha pesquisa. Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

Foram distribuídos sessenta e dois (62) questionários aos alunos de primeiro ano. Tais questionários foram respondidos em horário de aula. Como estes alunos são menores de idade, junto ao questionário foi entregue uma autorização de utilização dos dados que deveria ser preenchida pelos pais, juntamente a uma cópia das perguntas que os alunos responderam. Dos sessenta e dois (62) questionários entregues para as turmas de primeiro ano, apenas treze (13) trouxeram-me as autorizações. Vale relatar que muitas das autorizações foram encontradas no guarda mochilas das classes pelos professores do turno da tarde, ou seja, alguns alunos, no mínimo dez (10), nem levaram até seus responsáveis a possibilidade de participação da pesquisa. No total quarenta e nove alunos do primeiro ano não retornaram as

autorizações. Já em relação aos terceiros anos, a pesquisa foi mais fácil, uma vez que boa parte dos alunos são maiores de idade e não necessitaram de terceiros para solicitar autorização.

No total responderam à pesquisa quarenta e seis (46) alunos, destes, treze (13), 29%, são alunos do primeiro ano e trinta e três (33) alunos (71%) são do terceiro ano.

Não era necessário a(a) aluno(a) identificar-se. No entanto para arriscar uma compreensão mais ampliada de suas respostas foram solicitados dados tais como: *profissão que almeja, grau de instrução de pai e mãe e profissão de seus pais.*

Com relação as perguntas sobre as profissões que almejam obteve-se as mais diversas áreas de atuação. Cinco alunos não souberam ou não quiseram opinar. Dentre a totalidades as profissões mais citadas foram médico e enfermeiro com quatro (4) respostas/cada. Outras profissões apresentam duas (2) citações, entre elas professor.

Utilizando do critério de qualificação profissional, considerando todas as citadas, cinco (5) profissões não exigem mais do que o ensino médio. Sete (7) delas exigem curso técnico ou tecnólogo e, trinta e cinco (35) profissões exigem curso superior. Quanto ao grau de instrução dos pais, obteve-se 92 respostas, chegando aos seguinte resultado:

Nível de Escolaridade	Número de Pais
Ensino Fundamental Incompleto	36 - 45%
Ensino Fundamental completo	6 - 7,6%
Ensino Médio Incompleto	24 - 30,38%
Ensino Médio completo	7 - 8,9%
Ensino Técnico	2 - 2,53%
Curso superior incompleto	2 - 2,53%
Curso superior completo	2 - 2,53%

Sessenta e seis (66) pais, 83,5%, não possuem o ensino médio completo. Desdobrando estes números seis (6) concluíram o Ensino Fundamental e trinta e seis (36), ou equivalente a 45%, possuem o Fundamental Incompleto. Apenas sete (7)

responsáveis possuem o Ensino Médio Completo. Dois (2) pais possuem Nível Técnico, outros dois (2) estão cursando Ensino Superior e dois (2), são Graduados. Do universo de noventa e duas (92), treze (13) estavam em branco, dessa forma os percentuais aproximados foram calculados sobre as setenta e nove (79) respostas obtidas e possuem como objetivo permitir observar a proporção entre cada faixa escolar apresentada em relação ao total de respostas.

Com relação a profissão dos pais, na totalidade de 92 respostas, não sabem ou não apareceram doze (12) respostas. As profissões que mais apareceram foram: doméstica/diarista, dez (10), 11%; do lar/dona de casa, seis (6), 6,5%; aposentado e auxiliar de serviços gerais ambos com cinco (5) cada, ou seja, 6,5%; com quatro aparições estão metalúrgico e cozinheira, 4,5%. Com relação aos assuntos políticos relacionadas as profissões, apenas um pai, (contadora) necessita dominar certo regramento jurídico institucional.

As questões um (1) e dois (2) objetivam respectivamente verificar a presença de assuntos políticos no cotidiano dos alunos, como compreender até que ponto os discentes percebem a interferência destes assuntos em seu espaço de vivencia, sendo elas:

1 Você fala de assuntos políticos com seus amigos? Que tipo de assuntos?

Em uma análise resumida dos dados aparecem as seguintes informações:

Conversam	Não Conversam
Vinte e seis (26) alunos	Vinte (20) alunos

Vinte e seis (26) alunos conversam e vinte (20) não conversam sobre política. Dentre os vinte e seis que conversam dois, se limitam a tratar de tais temas em época de eleições e dois dos que não falam, assim o fazem para evitar “estresse ou brigas”. Se analisarmos os diferentes anos escolares nos primeiros anos do Ensino Médio:

Conversam	Conversam
Dez (10) alunos	Três (3) alunos

Dez (10) responderam que discutem, e três (3) não. Já nos terceiros anos:

Discutem	Não Discutem
Dezesseis (16) alunos	Dezessete (17) alunos

Se analisarmos os diferentes anos escolares nos primeiros anos dez (10) responderam que discutem, e três (3) não. Já nos terceiros anos, dezesseis (16) discutem e dezessete (17) não discutem. Acho importante informar ao leitor que dos alunos de terceiro ano em torno de 80% das turmas são maiores de idade, e muitos já estão inseridos no mercado de trabalho. Esta questão foi desdobrada de acordo com o ano escolar, na tentativa de verificar se conforme avança o nível de escolarização o panorama com relação a presença ou ausência de discussões se modificaria, mas cabe ressaltar que a proporção de alunos do primeiro ano a responder foi no mínimo duas vezes menor, para tanto os dados das próximas questões são apresentados de forma agrupada.

Sobre os assuntos dois quais falam (questão 1), as respostas foram bem diversificadas porém eleições, políticos e o presidente atual aparecem como as pautas que mais se repetem. Temas como corrupção e segurança, identificados pelos próprios alunos, foram citados apenas uma vez cada. Resta-me desse quadro a indagação sobre até que ponto, e se, estes alunos que estão se inserindo no mercado de trabalho refletem suas condições de inserção, como são estruturadas e sustentadas.

2 A política interfere no seu dia a dia em Alvorada?

Alunos que percebem influência	Alunos que não percebem influência	Não sabem
Vinte e um (21) - 46%	Vinte (20) - 43%	Cinco (5) - 11%

As respostas obtidas foram: vinte e um alunos (21) ou 46% entendem que sim. Vinte alunos (20) ou 43% disseram que não a política não interfere em seu cotidiano e cinco (5) alunos, 11% não sabem. Algumas respostas valem ser transcritas na íntegra para esclarecer-nos o que pensam alguns dos alunos. As primeiras citações são de alunos que não percebem a interferência da política em seu dia a dia. Segue abaixo:

“Não percebo como” (Aluno de 1º ano).

“Não digo que interfira, mas quando tou dentro do ônibus e fico pipocando dentro do veículo pelos buracos, fico me perguntando o que os prefeitos fazem com o dinheiro” (Aluno de 1º ano).

De acordo com esta resposta pode-se inferir que a aluna percebe que a política deveria prestar-se a melhorar as condições da cidade, ou seja, que a política tem ou deveria ter um caráter positivo. As citações abaixo referem-se a alunos que percebem tal interferência:

“Creio que sim, se levar em consideração que nosso prefeito não faz nada por nós” (Aluno de 1º ano).

“Sim, pois, no momento em que a demanda de verba aumenta, o desvio de dinheiro também aumenta, acarretando assim, escolas sem verba, postos de saúde, a polícia, etc.” (Aluno 1º ano).

“Tanto no meio social, na falta de verbas, nas escolas, nas estradas” (Aluno de 3º ano).

“Sim pois, cada dia vemos em Alvorada a falta de investimento em nossa cidade como na área da saúde, na segurança e entre muitos problemas que existe” (Aluno do 3º ano).

Fica claro que para aqueles alunos que identificam a interferência da política em seu cotidiano, esta interferência se faz na ausência do Estado, ou na ação negativa deste para com a sociedade e que, talvez, a própria percepção em relação a não presença da política na cidade se dê em função de um precário gerenciamento do território por parte do governo local.

Se por um lado admitir que o fato de o município estar mal gerido não equivale a inexistência da política, é justamente este processo que precisa ser refletido. É justamente aí que se devem encaixar minhas aulas de geografia, propiciando e provocando espaços de discussões e elucubração

Em relação aos alunos que não enxergam a interferência da política em Alvorada, vinte (20) no total, treze (13), ou seja, 65% discutem política em algum

sentido. Mais uma razão para chamar-lhes atenção para a esfera política em nível municipal.

3 Você costuma informar-se a respeito?

Informa-se	Não Informa-se
Trinta e seis alunos (36) – 78,3%	Dez alunos (10) - 21,7%

Do grupo, trinta e seis alunos ou 78,3%, afirmaram que sim e dez alunos, 21,7% não buscaram informações.

4 Qual o meio de comunicação mais utilizado para informar-se?

Esta pergunta sobre os meios de comunicação deseja saber quais veículos informacionais os jovens utilizam para informarem-se, já que, os meios de comunicação são formadores de opinião e influenciam na construção de visão de mundo e pensamento provavelmente bem mais do nós professores.

TV	Internet Redes Sociais	Rádio	Familiares	Internet Jornais e Revistas online	Amigos
19,6%	33,3%	7,6%	7,6%	25,7%	6,1%
13 indicações	22 indicações	5 indicações	5 indicações	17 indicações	4 indicações

Neste caso alguns alunos indicaram mais de um meio de comunicação totalizando sessenta e seis indicações. A liderança fica por conta da Internet, via redes sociais, vinte e duas vezes, 33,3% dos casos. Na sequência, Internet, via jornais ou revistas são utilizadas por dezessete alunos, 25,7% e a televisão foi apontada treze vezes, ou seja, em 19,6% das indicações. Rádio e familiares aparecem em 7,6% dos apontamentos, tendo aparecido apenas cinco vezes cada uma das opções. Amigos contempla 6,1% das respostas, figurando quatro (4) vezes dentre as opções. Fica nítido, o peso da internet para a formação das opiniões.

5 Para você o que é ser cidadão?

Esta pergunta foi elaborada na tentativa de perceber a concepção de cidadania que paira sobre os discentes. Como está pergunta não tem uma resposta considerada correta e tem um caráter dissertativo para uma análise de pensamentos agrupei as respostas que mais apareceram de acordo com as palavras que davam a tônica da resposta. A tabela abaixo apresenta as respostas citadas:

Número de alunos	Respostas
9	Não sabem ou não opinaram
11	Trazem a ideia de direitos
10	Trazem a ideia de cumprir deveres
6	Ajudar a melhorar o país/cidade
5	Trazem a ideia de participação das decisões
4 vezes cada	Respeitar as leis e, Votar
2	Participar de manifestações ou paralisações

A maioria dos alunos, 46%, ou seja 21 deles, entendem que para ser cidadão é necessário ter direitos e deveres. Contudo, se levarmos em consideração a ideia de uma participação mais ativa na sociedade este número se reduz para 17.

No entanto, algumas das diversas respostas não constantes na tabela. Alguns exemplos: *“alguém com vontades próprias”, “ser patriotismo”, “ser uma pessoa de bem”, “ser honesto”, “fazer parte de um país”, “ter educação”, “não ser analfabeto político”, “não ser comunista”, “ser uma pessoa”, “não jogar lixo em qualquer lugar”,* entre outras. Alguns termos que surgem poderiam ser relacionados a influência da mídia, uma vez que foram veiculados repetidamente durante as propagandas eleitorais. Outros trazem fragmentos daquilo que se poderia compreender como algum tipo de direito, já alguns demonstram uma não clareza quanto ao conceito.

Diversos autores, entre os quais, Pimenta (2015), Pinsky (2016) e Castro (2005), admitem que a cidadania está relacionada a uma série de direitos, porém estes direitos não foram concedidos gratuitamente, muito pelo contrário advém da busca histórica que atravessa séculos e milênios por espaços de participação para que se façam valer tais direitos. Além do mais estes direitos não são fixos e estão condicionados ao modelo político vigente em determinado período. A ideia de

participação não foi um ponto que tenha aparecido na maioria das respostas, apesar de chegar perto de 50%. Sobre participação acho importante relatar um ocorrido recente na escola recentemente. Se é o município o espaço de vivência, a escola se traduz em um dos espaços imediatos de participação e socialização no qual os alunos estão inseridos, convivendo diariamente durante 200 dias do ano. Conforme já foi dito anteriormente, a escola prevê uma política pedagógica de participação democrática e a escolha de seus diretores será realizada no final do mês de novembro.

Para o pleito as chapas podem expor seus planos de gestão para a comunidade escolar, e assim foi feito. Dos mais de mil alunos, incluindo as nove turmas do médio, apenas cinco alunos e quatro responsáveis estavam presentes, apesar de o horário para a exposição das ideias ter sido definido para às 18h 30min. O fato me parece definitivamente contrastar com a ideia de participação trazida nas respostas.

As questões de número seis (6) a oito (8) procuram fazer uma leitura do entendimento de alguns conceitos mais teóricos, uma vez que alguns destes termos apareceram nos trabalhos e/ou em alguns comentários diários durante o período das apresentações. Então solicita-se:

6 Em duas linhas o que caracteriza liberalismo, socialismo e comunismo.

Dos quarenta e seis (46) alunos, trinta e seis (36) não souberam e/ou não quiseram opinar, ou seja, 78%. Dois questionários não puderam ser aplicados por não especificar a qual conceito se referia a resposta. Dos oito alunos que caracterizaram ao menos um conceito a análise é a seguinte: sobre liberalismo os oito caracterizaram, porém, de forma bem incipiente. No que se refere ao socialismo, três alunos caracterizaram, porém, todos de forma insuficiente. Tratando do comunismo, apenas dois alunos caracterizaram, também de forma insuficiente. As respostas consideradas como válidas levam em consideração a identificação de ao menos uma das características presentes nestes sistemas/doutrinas.

Pensando na relação dos alunos que discutem ou conversam sobre política e os alunos que identificam ao menos alguma das características presentes no liberalismo, socialismo e no comunismo tem-se que: dos cinco (5) que identificaram apenas um conceito, todos discutem política em algum nível. Os assuntos discutidos por estes alunos são: *“globalismo”*, *“o fracasso do socialismo”*, *“metacapitalistas”*, *“roubo nas contas públicas”*, *“como o governo do PT afundou o país”*, *“formas de*

governo”, “*escândalos políticos*” e “*notícias que surgem na internet*”. O aluno que identifica dois dos três conceitos discute política e entre os assuntos citados por ele estão: “*o presidente atual*”, “*esquerda e direita*” e “*por que o comunismo é ruim*”. Já o aluno que conseguiu identificar traços nos três conceitos fala sobre “*preconceitos na política*”, “*planos do futuro presidente*” e “*assuntos sociais*”. Interessante observar e não seria diferente, que todos os oito que conseguiram identificar ao menos uma característica dos sistemas/filosofias propostos discutem algo relacionado à política.

Preocupante é a realidade dos outros alunos que sairão do Ensino Médio e talvez não façam a menor ideia das distinções entre estes sistemas políticos e/ou econômicos, ou nem pensem a respeito mas estão/estarão inseridos na sociedade, são/serão eleitores e farão/fazem julgamento de propostas, pessoas ou partidos muitas vezes pelo que lhe for apresentado pela mídia ou pelo senso comum daqueles com quem se relacionam.

7 Na sua percepção, qual é a diferença principal entre ditadura e democracia?

Daqueles que percebem diferenças entre esses sistemas, os números ficam distribuídos conforme quadro abaixo:

Não sabem/não opinaram	Não percebem a diferença	Percebem a diferença
Dezesseis alunos (16) - 36%	Quatro (4) alunos - 9%	Vinte e seis (26) - 57%

Não sabem e/ou não opinaram dezesseis alunos, 36%. Quatro alunos, não percebem a diferença, ou seja, 9%. Vinte e seis alunos, 57%, disseram que sim, existe diferença. Destes 26 que percebem a diferença, quatorze se referem às liberdades de expressão e/ou opinião. Sete falam sobre a falta de escolha ou voto. O restante, quatro alunos referem-se aos direitos de uma forma geral. Um deles foi bem enfático ao dizer que a ditadura “*persegue todo tipo de oposição*”.

8 Em que situações as leis/ ou a democracia poderiam ser desrespeitadas?

Responderam	Não souberam/não responderam
Dezoito (18) alunos - 39%	Vinte e oito (28) alunos – 61%

Dos 46 alunos, 28 não souberam e/ou não opinaram, ou seja, 61%. Dentre as dezoito respostas obtidas, quatro delas, 9% disseram que em nenhuma situação. Sete entendem que em situações de injustiça ou delitos diversos entre eles: violência, interferência na liberdade, roubo, e tráfico. Outros três citaram as ditaduras e dois a corrupção. Dois alunos disseram ainda que quando “*estiver em perigo*” ou “*não houver saída*”. Abaixo algumas das ideias surgidas nas falas dos alunos:

“No caso de um partido ou aliança política controlar todo ou quase todo o poder dos três poderes” (Aluno, 1° do ano).

“Com uma ditadura” (Aluno do 1° ano).

“Depende do delito do cidadão e tirando a liberdade e opinião” (Aluno do 1° ano).

“Na Lava-jato, ao andar com velocidade acima do permitido” (Aluna do 1° ano).

“No caso de uma ditadura comunista” (Aluno do 1° ano).

Vê-se que alguns possuem pensamentos controversos. Ao admitir que a lei pode ser desrespeitada como solução, caso um partido ou aliança domine todos os poderes, ou seja, já esteja-se desrespeitando a própria constituição, pode-se desrespeitar as leis para solucionar o problema. Em alguns casos os alunos interpretaram esta questão respondendo com exemplos de casos que desrespeitam-se as leis, e não no sentido de o que justificaria o desrespeito delas.

9 Onde você enxerga a figura do Estado dentro de Alvorada?

Esta pergunta vai ao encontro a ideia central deste trabalho, na medida que deseja perceber a compreensão do aluno sobre a materialidade do Estado em seu município. Seguem as respostas mais obtidas:

Prefeitura	Trinta e uma (31) indicações - 67%
Escola	Dezessete (17) indicações - 35%
Posto de Saúde	Treze (13) Indicações - 28%
Praça	Três indicações (13) - 7%

Na distribuição geral dos dados, trinta e um alunos, ou seja 67%, compreendem a prefeitura como representação do Estado. A escola foi citada dezesseis vezes, 35%, o posto de saúde aparece em 13 respostas, 28%, a praça foi identificada apenas por três alunos, 7%. Quatro alunos identificaram a farmácia (creio que tenham compreendido a farmácia como o posto de distribuição de medicamentos do município). Esta questão contempla mais de uma alternativa para resposta, sendo que em quatro, das oito alternativas apresentadas, o Estado faz-se presente (prefeitura, praça, escola, posto de saúde). Nenhum dos aluno(as) assinalou as quatro opções. Dos vinte e seis alunos que conversam sobre política apenas seis marcaram ao menos as três opções que seriam mais evidentes (prefeitura, escola, posto de saúde), isso demonstra um desconhecimento ou uma pequena reflexão na hora de responder ao questionário.

Mais uma vez insisto. Se a cidade é o local por excelência onde os jovens produzem e reproduzem sua vida cotidiana, mesmo não sendo a única, a escola talvez seja a instância mais abrangente na comunidade local com vistas a formação de concepções de práticas que podem colaborar na gestão e organização da cidade. Destarte, é urgente a escola chamar para si tal responsabilidade, pois estas práticas podem conduzir a uma formação voltada para cidadania. (CAVALCANTI, 2010).

As questões que vão do número dez (10) ao número quinze (15), procuram saber em que medida os alunos sabem utilizar os aparelhos do Estado para resolverem problemas presentes em seu espaço.

10 Qual a função de um vereador? Você sabe quantos existem em Alvorada?

Conseguiram responder	Não sabiam ou não responderam
Quatorze alunos (14) - 30%	Trinta e um alunos (31) - 67%

Aqui, começo a refletir sobre a eficácia, utilidade ou significação de algumas apostas docentes como a solicitação do trabalho a respeito dos cargos e funções públicas. Esta foi uma informação solicitada pela pesquisa e por vezes comentada em aula. Dos 46 entrevistados, 31 não souberam ou não quiseram responder, ou seja 67% dos alunos.

Uma única entrevista não se aplica, e quatorze, ou seja, 30%, entendem a

função do vereador, expondo cada um à sua maneira ao menos uma das atribuições deste cargo. Segue algumas das respostas surgidas:

“criar projetos de lei”.

“representar o povo a nível municipal”.

“fiscalizar e cuidar do município”.

Dos quatorze alunos que sabem para que serve um vereador, onze dizem discutir assuntos políticos com seus amigos, ou seja, 79%. Entretanto, quando a relação entre o conhecer a função do vereador é feita com a observância da interferência da política na cidade, dos mesmos quatorze entrevistados, apenas cinco afirmaram tal interferência, caindo assim o percentual para 36%.

Com relação à quantidade de vereadores, apenas dois responderam. Um aproximou-se do número existente, e um acertadamente respondeu. Os demais quarenta e quatro alunos, ou seja, 96% dos entrevistados não souberam e/ou não opinaram.

11 Qual dos poderes abaixo é representado pelos vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores?

Foram dadas as três opções de resposta, correspondentes as três esferas de poder. Distribuíram-se as respostas da seguinte forma:

Poder Legislativo	Poder Executivo	Poder Judiciário	Não souberam ou não responderam
Vinte e sete (27) - 58%	Nove (9) - 19,5%	Um (1) - 2%	Nove (9) - 19,5%

Aqui, majoritariamente, as respostas concentraram-se no legislativo com 58% das respostas, ou seja 27 alunos. Nove responderam o executivo, assim como também nove não souberam e ou não quiseram responder. Ainda um entrevistado indicou o poder judiciário.

12 Caso em sua rua exista a lâmpada de um poste queimada você sabe qual órgão deve se reportar para avisar?

Prefeitura	Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	Outros	Não sabem/Não responderam
Treze respostas (13) - 28%	Quinze respostas (15) - 33%	2 respostas	Quinze (15) respostas - 33%

Neste tocante, as respostas se dividiram entre Companhia Estadual de Energia Elétrica CEEE, com quinze respostas, 30% e prefeitura, treze respostas, 28%. Não sabem ou não opinam somaram 15 respostas com 33%.

Dois alunos responderam, cada um de forma diferente o seguintes órgãos: “*poder legislativo*” e “*SMOV*”, porém o órgão dentro dos municípios responsável pela manutenção da iluminação pública é a prefeitura. Cabe ressaltar que nas respostas houve alguns comentários e argumentações a exemplo:

“Comunicar a prefeitura, mas não adianta nada”.

“pesquiso no google”.

13 Para avisar ou reclamar sobre focos de lixo em seu bairro para onde ligaria?

Das respostas:

Prefeitura	Não souberam ou não quiseram responder	Outros
Vinte e quatro (24) respostas - 52%	Dezesseis (16) - 34%	Três respostas (3) - 6%

Quanto a essa questão a prefeitura foi a opção mais citada, em 24 das respostas, ou seja, 52%. Dezesseis alunos não souberam ou não quiseram responder. Outros 3 alunos disseram que ligariam para o “lixeiro”, além de meio ambiente” e secretaria de saúde. Umas das entrevistas não fora aplicada. Nas respostas observadas mais uma vez, afirma-se a morosidade dos serviços Umas das entrevistas não fora aplicada. Nas palavras da entrevistada:

*“Já liguei, fiquei anos insistindo até irem resolver o problema”
(Aluna do 1º ano).*

Isso significa que se a maioria da população exercesse a cobrança sobre os serviços que lhes são devidos por direito, talvez a situação pudesse ser diferente da relatada, se não na totalidade, em alguns aspectos.

14 Se desejar reclamar do transporte público local, além da empresa de ônibus, com qual outra instituição você pode se comunicar?

Prefeitura	Não sabem ou não responderam	Empresa Local de ônibus
Seis (6) respostas - 13%	Trinta e Três (33) - 72%	Duas (2) respostas - 4%

Nesta temática, trinta e três dos quarenta e seis não sabem ou não opinaram para qual instituição fariam uma reclamação sobre o transporte público. Como local de reclamação mais citado aparece a prefeitura, com seis respostas, 13%. A Sociedade de Ônibus União Ltda, que é a empresa que possui a concessão dos transportes em Alvorada e a Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC, foram mencionadas duas vezes cada, ou seja com 4%. Apenas 1 aluno respondeu “*secretaria do transporte*”, que para o caso da região metropolitana é a METROPLAN – Fundação Estadual e Planejamento Metropolitana e Regional; esta informação está fixada dentro e fora dos veículos.

15 Você sabe qual o setor da prefeitura deve acionar se encontrar animais perdidos ou mortos na rua?

Não sabem ou não responderam	Prefeitura	Outros
Quarenta (40) respostas - 87%	Duas (2) respostas	Quatro (4) respostas

Impressiona. Quarenta dos quarenta e seis alunos, em outras palavras, 87% do total não souberam e/ou não responderam. Considerando a população animal que vive nas ruas de Alvorada as respostas podem refletir a não importância do tema para os alunos, ou a falta de credibilidade com relação a ações do poder público, logo, nem tentam aciona-lo. Outras respostas apareceram como: Prefeitura, duas vezes, secretaria de saúde, veterinária, IBAMA e defensoria dos animais.

E, finalmente a décima sexta questão.

16 Os trabalhos sobre Cargos e funções institucionais e sobre os presidenciais para as eleições de 2018 te acrescentaram informações que julgas relevante? Pode citar uma?

Sim	Não sabem ou não responderam	Não
Nove respostas (9) - 20%	Trinta respostas (30) - 65%	Cinco respostas (5) - 11%

Nove dos quarenta e seis entrevistados disseram que sim, 20%. Dentre as informações citadas surgiram:

“Que posso dizer é que um presidente sozinho não muda o país”.

“Sim, sobre os conceitos dos candidatos e suas ações contra e a favor do povo”.

“Sim, o envolvimento em escândalos e corrupção”.

“Sim, graças a esse trabalho eu aprendi a ser mais crítico e pesquisar o plano de governo de todos”.

“Sim, pois com esse trabalho podemos conhecer os presidenciais e ter conhecimento sobre a política”.

“Sim, acrescentou coisas que nem sabia. Como as obrigações dos governadores do Estado. Eu pesquisei embora não fosse votar, para falar para meus pais o que eu achava qual candidato se seria uma boa escolha para o Estado”.

Trinta alunos não souberam e/ou não responderam, 65%. Dois alunos disseram não ter entendido a pergunta. Por fim, cinco alunos disseram não ter os trabalhos lhes acrescentado nenhuma informação relevante, ou seja 11%.

Como pode um aluno não saber se um trabalho acrescentou ou não alguma informação. Isso demonstra uma indisponibilidade para responder tal questão, ou uma forma de dizer não, sem querer admitir isso para seus professores. Outro dado gritante é que a maioria das perguntas não respondidas correspondiam a questões dissertativas, aquelas em que o aluno foi chamado a escrever por si só, sem opções

prévias.

O quadro acima descrito, analisando as respostas dos questionários, e a participação dos alunos em relação a própria escola, (caso do baixíssimo quórum na exposição dos planos da chapa candidata), só reforça minha convicção da importância deste tipo (se não nestes moldes), de trabalho. Essa conjuntura demonstra-me como e por que, guardadas as devidas proporções nossa sociedade é tão vulnerável as ações daqueles que em nossa representação “tocam o poder”.

Para não me abater pelo desânimo, apego-me aqueles alunos(as) para os(as) quais minha prática significou auxílio para construção de seu conhecimento/visão de mundo/pensamento. Apego-me também aos pequenos sinais de curiosidade que surgem no cotidiano. Sobre os outros tento administrar a frustração e repensar o que poderia ter feito de outra maneira.

6 POLÍTICA, CIDADANIA E DOCENCIA: UMA RELAÇÃO DE CUMPLICIDADE

À geografia política, como uma das suas divisões, cabe refletir sobre as questões colocadas pelas dimensões inerentes às relações entre a política – controle e dos conflitos de interesse, decisões e ações – e o território – base material e simbólica do cotidiano social. [...] um duplo desafio é colocado para a geografia política: incorporar os fatos e as dinâmicas que trazem o novo e ao mesmo tempo considerar e interpretar as estratégias de conservação do antigo. Em outras palavras, é preciso tomar como ponto de partida que um dos traços importantes da natureza do fato político é utilizar os meios colocados à sua disposição para preservar tudo aquilo que lhe é favorável, incluindo-se aí o território, as instituições e as normas que estruturam a organização das sociedades o espaço. (CASTRO, 2005, p. 26-37).

Se o território, espaço onde se encontram as pessoas é usado como meio para a concretização das dinâmicas do futuro e estas dinâmicas influenciam na vida daqueles que são os habitantes, moradores, cidadãos de um determinado espaço, esse fato é motivo primeiro para que tal comunidade conheça as estruturas que tende a resistir, ou seja, O Estado e suas estruturas institucionais vigentes. De acordo com Santos (1998), o modelo político e o modelo cívico foram instrumentais ao modelo econômico, logo, ao mesmo tempo em que estamos inseridos em uma comunidade global, somos ainda altamente dependentes da esfera territorial mais próxima – nacional, pois é a partir da concordância dessa com os termos dos projetos mundiais, que serão internamente definidos os rumos para as sociedades locais. No contexto atual, e na maioria dos casos, têm se verificado que a adesão a modalidades econômicas específicas vem afrontando os direitos sociais, civis e até mesmo políticos dos cidadãos no Brasil.

O modelo cívico se refere aquilo que se deseja enquanto comunidade, enquanto coletividade de indivíduos, e está atrelado a condicionantes como o território e a cultura. A cultura neste caso se constituirá em estratégia propagadora de uma ideia. Para o caso dos países de terceiro mundo a ideia de desenvolvimento da sociedade a partir do puro e simples desenvolvimento econômico por meio do avanço tecnológico justifica a gestão da economia com um fim em si mesmo, para o qual o território dará suporte. Desconsidera-se assim o acesso a estas tecnologias, bem como o acesso a serviços básicos para a população.

Hoje a cultura por intermédio da mídia opera de forma a propagar cada vez mais a ideia de direitos, de cidadania como algo já posto e global, tomando como referência certos padrões. Na propagando de um curso de idiomas há uma chamada que dá a entender que aprendendo línguas estrangeiras você se torna um cidadão do

mundo. Ao ouvir tal enunciado vem-me a falácia desta afirmação, tendo em vista que a língua, se não é dispensável, também não garante a cidadania de uma pessoa pois essa condição é altamente territorial e está condicionada ao conjunto de regras estabelecidas pelas fronteiras que o território delimita. Ao mesmo tempo a cidadania ultrapassa o jargão dos direitos e deveres (não deixando, porém, de estar atrelada a eles), à medida que deveria garantir de fato a participação do indivíduo no corpo social.

O modelo político por sua vez se refere as características adotadas pelo Estado: regime, linha de pensamento e formas de legitimação do poder para que o modelo cívico seja operacionalizado. Na busca por compreensão sobre a evolução dos modos de participação social e também da institucionalização das desigualdades, fui buscar na história registros de tais fenômenos. Alguns historiadores fazem uma análise das relações sociais de povos antigos – a exemplo dos hebreus, aproximadamente (VIII a. C), e, a partir de discursos bíblicos, elucidam como determinadas narrativas apontam para a busca por possibilidades de justiça, quando da hierarquização social, como aponta o trecho abaixo:

E juntando-se todos os anciãos de Israel, foram ter com Samuelem Ramata, e disseram—lhe: “Bem vês que estás velho e que teus filhos não seguem as tuas pisadas; constitui-nos, pois, um rei que nos julgue, como tem todas as nações”. (I Samuel, 4-5 e 10-18 apud. PINSKY, 2016, p. 26).

Dentro da sequência temporal das narrativas não obtendo sucesso no intento acima citado, os profetas questionam as bases da Monarquia Hebraica, propondo uma nova sociedade lançando-se ao mar aberto. (PINSKI, 2016). Neste sentido, indica-se, desde os tempos antes de Cristo uma perspectiva de direitos e deveres circunscritos na esfera territorial amparados sempre em algum modo político de regramento social.

Já na antiguidade clássica Ocidental, a ideia de cidadão surge ora mais aberta, ora mais fechada do ponto de vista da integração de não gregos e não romanos. Cabe lembrar que o modelo de organização territorial destas civilizações baseia-se inicialmente nas cidades-estados (IX e VIII a. C.) momento em que o mar Mediterrâneo se constitui geograficamente como um ponto de interação cultural e comercial entre diferentes povos. No entanto, no decorrer histórico ocorre o “fechamento” destas cidades-estados que constituíam-se segundo Norberto Luiz Guarinello (2016), em territórios agrícolas ocupados por populações camponesas, que formando comunidades mais ou menos fixas passam a excluir gradativamente a figuras dos

estrangeiros de algumas esferas sociais. Neste sentido a participação política apareceu dentro das cidades-estados como um instrumento de resolução de impasses quanto a posse de terras, portanto Estado e espaço público, estão intimamente ligados com a concepção das cidades-estados. Desse arranjo socioespacial, importantes formas de organização do poder e participação coletiva como o conselho dos anciãos do qual derivará o senado romano, a assembleia de cidadãos em Atenas (boulé), ou seja, a partir das necessidades e interesses de determinados grupos institucionalizam-se práticas e regras que serão aceitas por toda a comunidade. Com relação a configuração e ao dinamismo das cidades-estados o autor afirma que:

Sua identidade comunitária foi criada e recriada, reforçada e mantida por mecanismos que produziram o cidadão ao mesmo tempo em que faziam nascer cultos comuns, moeda cívica, língua, leis, costumes coletivos – modos de a comunidade fechar-se sobre si mesma e definir seu território. (GUARINELLO, 2016, p. 34).

Séculos mais tarde assistimos a lógicas semelhantes na formação dos Estados-nação. Constituindo fronteiras que não sendo naturais, e sim sociais, foram definidas por disputas pela base territorial para a qual se criará um cabedal simbólico como forma de assegurar o senso de pertencimento conferindo legitimidade as conquistas. Ainda sobre as cidades-estados, cabe ressaltar algo que permanece a ocorrer nos tempos atuais: a exclusão do outro, e esse outro agora não é mais o estrangeiro, mas o indivíduo pertencente a própria cidade estado, ou nos dias atuais dos países, uma vez que na sua condição, eles participavam da sociedade com seu trabalho e recurso, mas não se integravam ao conjunto dos cidadãos. (GUARINELLO, 2016).

Ainda dentro do mesmo contexto o autor explicita ao remeter-se a antiguidade um trecho que, não fosse a datação e terminologia estabelecida, poderíamos pensar que remete-se a construção daquilo que convencionamos chamar de cidadania em nossa sociedade ao afirmar que:

O conflito foi uma das chaves da história das cidades-estados. Contudo, e esse é o ponto fundamental, ele não se resumia às frequentes guerras externas, ou as lutas com a população dominada e não integrada. Isso porque a própria comunidade cidadã não era, e nunca foi, igualitária ou harmônica. (GUARINELLO, 2016, p. 36).

Logo:

Aqui reside a origem mais remota da política, como instrumento de tomada

de decisões coletivas e de resolução de conflitos, e do Estado que não se distinguia da comunidade, mas era a sua própria expressão. (PINSKY, 2016, p. 33).

Essa ideia a respeito do elemento político também é sustentada por Castro (2005), conforme mencionado anteriormente. Utilizo-me destes dois autores para afirmar que é pela prática política que se constituía o ser cidadão. Uma vez reconhecido o indivíduo poderia buscar seus direitos e participar legalmente da vida social. É por direito a participação e representação social que vinte e quatro séculos depois ocorreram acontecimentos importantes que balizam o conceito de cidadania nos dias atuais tais como: a Revolução Inglesa, a Revolução Americana e a Revolução Francesa. Assim sobre essa contínua busca por participação lanço mão de outro autor, onde discorre que:

(...) cidadania, tal como conhecemos hoje, é fruto de um longo processo de desenvolvimento histórico, permeado por constantes lutas políticas e conquistas sociais consolidadas por diferentes grupos na busca pela defesa direitos. (PIMENTA, 2015, p. 13).

Tomo como referência a última destas Revoluções pelo carácter político institucional que pretendeu. A Revolução Francesa ocorrida em 1789, liderada pela burguesia, grupo social que à época estava sujeitas aos mandos do monarca e questionou a ordem hierárquica estabelecida, na busca de direitos civis e políticos. Este conflito se dará a partir de um processo que podemos chamar de crise de representatividade. Após reformas para a manutenção do poder surge na França a Assembleia Geral dos Estados, que nada mais era que a divisão da França em três Estados conforme o status social destes componentes. Na medida em que diferentes grupos possuíam votos desproporcionais, a maioria da população contava com apenas um voto nas decisões da Assembleia em relação aos dois votos constantes nas mãos do clero e da nobreza, que aliados sobrepunham-se a maioria da população. Tal conjuntura de coisas, juntamente com a situação econômica da França levou a uma conturbação social que culminou com a conhecida Revolução Francesa, evento a partir do qual se proclama a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. (NILO, 2016).

Posteriormente aos pontos elencados na declaração francesa dos direitos do homem, outros serão adicionados, reforçados e estendidos à todas as pessoas independente de sua localização geográfica, organização estatal, condição social, crença religiosa, entre outros, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos

de 1948.

Esta cidadania moderna dada a partir do Iluminismo, está ligada a uma nova forma de relacionamento do Estado e seus indivíduos a partir da ideia do Estado de Direito, na qual o poder dos representantes não emana mais do divino, como nas antigas Monarquias Absolutistas, e sim, estará ancorado na vontade do povo. Povo este que agora é dotado de direitos.

Longo, na história da humanidade, foi o período que buscou-se por direitos de participação social, busca que por muitos ainda continua. Participação social que por boa parte da sociedade nos dias de hoje está sendo terceirizada através de uma cidadania exercida apenas pelo voto, ou o que é pior, nem por isso pois o desinteresse é geral.

Lembro-me então das respostas de parte do meu grupo de alunos que compreendem como cidadania a participação social, mas preferem não falar de política para evitar polêmicas, não falam, ou não percebem a interferência da política na cidade onde vivem.

Isso me reforça o que foi dito nas páginas iniciais, quando afirmei que muitos buscam a escola como forma de ascensão individual, o que não é exatamente um problema. A questão é que a escola em que se encontram, sendo pública, é mantida pelo coletivo social, uma contradição em si, já que muitos não se põem a pensar neste todo, apenas se limita a achar que ele deve funcionar.

Na verdade do ponto de vista docente, este conjunto de situações está levando-me a lançar sobre a educação um olhar menos “técnico” e mais cidadão, ou social; ponto que cremos já estar resolvido quando ingressamos no magistério. Grande engano!

Então é fase de transição, readequação de pressupostos e paradigmas.

7 CIDADANIA, CONSUMO E AUSÊNCIA

Segundo Santos (1998), o consumo molda o carácter dos indivíduos, constituindo-se no ópio da pós-modernidade. O consumo é o paradigma pelo qual as pessoas buscam satisfação, sendo considerados a margem ou fracassados aqueles que sem poder aquisitivo, não participam da lógica deste modelo de sociedade. Considerados ou excluídos de fato, pois para aqueles em que a carência de serviços ou aparelhos como telefonia, internet, computadores se faz presente são omitidas outras possibilidades como por exemplo o acesso a bancos de empregos, a comunicação “eficaz” ou o entretenimento. Alguns dispositivos como a mídia, a moda ou estratégias empresariais como a obsolescência programada e campanhas de super descontos fazem girar o motor do consumo. Sobre este assunto podemos dizer que a glorificação do consumo, acaba por gerar um carácter individualista diminuindo entre outras a sensibilidade que constitui um dos alicerces da cidadania. (SANTOS, 1998).

O consumo cria assim uma ideologia e distorce a noção da realidade a medida que permite o ser contentar seus anseios com novos objetos, gerando uma sensação de conquista, de vitória. Elementos que seriam a base para uma vida digna conforme os direitos sociais do cidadão a exemplo de um imóvel para a sua moradia e quiçá um automóvel para sua locomoção aparecem como conquistas pessoais esboçando o mérito pessoal de uns e demérito de outros. Pensemos na realidade dos meus alunos que estão em uma faixa etária de quatorze, dezessete anos, onde há a necessidade de reconhecimento social pelos seus pares. Em um período da vida em que tudo está em transição, as posses (telefone, roupas, tênis, etc), são elementos ditados pela moda, que os permitem ser reconhecidos. Nascidos na era digital, serviços como internet, acesso a muitos filmes, séries, jogos e canais de televisão se fazem elementares. O acesso a estes bens e serviços, inegavelmente é prazeroso, entretanto, além de ser desigualmente ofertado e consumido, têm contribuído para um entorpecimento, talvez uma anestesiação das realidades sociais coletivas, a partir da cultura do individualismo, justamente difundida a partir da ideia do mérito. Os objetos e serviços em si não são bons ou ruins, não possuem este ou aquele propósito, e sim o uso ideológico que se faz deles. Também as condições de acesso não se constituem por si só, são estruturadas e induzidas políticas e socialmente.

Assim substitui-se a participação coletiva, pelas aquisições individuais. Sobre isso Milton Santos coloca que:

o consumo prossegue o seu trabalho ideológico, uma mitologia entranhada nas coisas um ópio social mais eficaz que as religiões o foram no passado, já que se alimenta das práxis individuais e coletivas experimentadas no próprio processo de vida: o trabalho, a casa, a educação o lazer. O chamado ao consumo busca retardar a tomada de consciência, o consumidor numa atmosfera irreal, onde o futuro aparece como miragem. (SANTOS, 1998, p.39).

Neste contexto, meus alunos são pobres que não se acham pobres. Moradores de uma cidade periférica não se reconhecem como tal, apesar de perceberem o que o espaço não oferece, e talvez esse seja um fator que corrobore para uma cultura em que o consumo, na aquisição de apetrechos os faça sentir participantes de uma sociedade, uma vez que vivemos em uma sociedade de consumo. No entanto, isso pode produzir como efeito colateral - o afastamento real de uma participação cidadã, na medida em que a identificação de participação esteja condicionada ao acesso a bens e serviços privados. Estes bens e serviços só se fazem disponíveis uma vez que as pessoas consigam pagar para os manter, cessando em qualquer circunstância diferente. Consoante Santos (1998, p. 41), o “consumidor não é cidadão. Nem o consumidor de bens materiais, ilusões tornadas realidades como símbolos: a casa própria, o automóvel, os objetos, as coisas que dão status”.

E por que chamo de efeito colateral? Todos estudam em uma escola pública, logo, todos dependem em maior ou menor escala daquilo que Santos (1998, p.114) denomina de “fixos públicos”, bem como muitos usufruem de posto de saúde ou algum estabelecimento de saúde pública. Sendo todos residentes em Alvorada, estão submetidos a condições senão iguais, semelhantes, as expostas nas fotos anteriormente mostradas.

Por isso, se o consumidor não é cidadão e se junto ao empobrecimento do indivíduo gerado pela economia soma-se o empobrecimento da população causado pelo poder público através da má organização do território, abrir mão da participação política a partir da qual poder-se-ia participar na gestão do que é público, gera um encolhimento da própria cidadania, cada vez maior. (SANTOS, 1998). Tendo em vista que:

O resultado de todos estes agravos é um espaço empobrecido e que também se empobrece: material, social, política, cultural e moralmente. Diante de tantos abusos, o cidadão se torna impotente, a começar pelas distorções da

representação política. A quem pode um candidato a cidadão recorrer para pedir que faça valer o seu direito ao entorno, propondo um novo corpo de leis, decretos e regulamentos, ou velando pelo cumprimento da legislação já existente mas desobedecida? (SANTOS, 1998, p. 48).

Se o espaço na condição de território está subordinado a organização política, e este fato por si só por vezes tolhe as possibilidades cidadãs pela tirania que os projetos econômicos impõem ao espaço, principalmente para o caso brasileiro, pela forma como foi conduzido seu modelo político e econômico, e gera cidadãos destinados à economia, faz-se imperativa estimular a busca de participação coletiva, estando aí a importância de trabalhar a política em sala de aula, para contrariar a primeira parte da citação que vem a seguir, indo ao encontro, ainda que seja difícil, do que está contido em suas frases finais, pois:

Aceitam-se as injustiças e não se busca suas causas e, conseqüentemente, a solução para estes problemas coletivos. Parte-se do pressuposto de que “o Brasil não tem jeito”, “todos são ladrões”. Daí para a ausência do combate – e até do simples debate – aos problemas sociais, é um passo. [...] Construir uma nova escola nessas condições faz-se urgente, porém, ... muito mais difícil. (KAERCHER, 1999, p. 37).

Ainda fazendo uso de Milton Santos (1998), quanto mais distante dos centros de poder estão localizadas as populações, menos se ouvem as vozes reclamantes de seus direitos. Neste quadro conjuntural tem-se os municípios, que territorialmente se traduzem num recorte federativo, com certo grau de autonomia, como diria Castro (2005), caracterizando-se em uma escala política. Representação do Estado em nível local, é a instância territorial primeira com a qual as pessoas relacionam-se. É nesta escala institucional que os cidadãos buscam em geral pelos serviços públicos e privados que lhes servem como base para sanar as necessidades cotidianas. Aí se encontram a escola, a creche, mercado, posto de saúde, assim como é municipal o transporte que utilizamos diariamente.

Ainda que dentro do município exista uma infinidade de realidades de acordo com a situação econômica dos que ali vivem e essa desigualdade esteja distribuída geograficamente de forma não homogênea na configuração de seus bairros, todos estão submetidos a mesma prefeitura e convivem, guardadas as devidas proporções, com problemas comuns. Pensando nisso reflito sobre a realidade que os questionários me apresentaram. Obviamente esta pesquisa não representa o pensamento da totalidade dos alunos, mas como minhas reflexões devem ser feitas sobre os dados que tenho em mãos a partir deles vou tecer algumas considerações.

A realidade poderia ser até mais árida, mas temos que, dos 46 alunos entrevistados, quase metade não debate sobre assuntos políticos e alguns dos que discutem adentram nestes assuntos esporadicamente. Da mesma forma vinte (20) alunos, 43% do grupo não identificam a política como interferente em sua realidade municipal e apenas seis dentre os vinte e seis que transitam verbalmente através da política identificam o Estado em estruturas básicas pertencentes a esfera pública. Ainda sobre os dados apenas quatorze do total compreendem a função de um vereador. Pode ser que até mais saibam, mas não estivessem dispostos a responder, isso talvez indica a relevância do assunto em suas concepções.

Das respostas que tangem a usos da máquina pública a situação não foi diferente. O mais desolador nisso não é que não saibam responder as questões, mas, vivendo em um espaço como Alvorada é difícil o morador que não tenha já sido exposto a focos de lixo, iluminação pública com problemas, ônibus que não veio, animais perdidos, etc. O desconhecimento de certa forma demonstra um não envolvimento, indiferença a tais situações, ou seja transparece uma falta de participação na resolução dos problemas que em geral eles mesmos percebem.

Talvez muito deste panorama esteja ligado ao fato de Alvorada abrigar seus habitantes (alunos, pais de alunos, comunidade em geral) por um curto período do dia. Essa realidade reflete-se nas palavras de Herechuk, quando diz que:

Uma vez que a cidade em que trabalha não é a mesma em que habita, esse morador tem dificuldade em se reconhecer enquanto seu cidadão. Assim, ao servir-lhe apenas como dormitório e residência, a cidade não lhe despertaria um compromisso efetivo com ela. (HERECHUK,2011, p. 47).

Muitos alunos já estão no roteiro escola, curso, trabalho. Muitas atividades os levam para fora do município, assim quando despertam um olhar mais acurado para seu entorno, devido à localização de suas atividades vão aos poucos se desconectados do território onde habitam. Passam a integrar a vida da metrópole, apesar de participarem dela seletivamente. Até para as situações mais prazerosas ao estilo clube - cinema são obrigados a deslocar- sem tendo em vista que estas opções inexistem em Alvorada.

Contudo, se o valor do indivíduo depende em larga escala do lugar onde está inserido e, meus alunos que apenas transitam por outros municípios, continuando a ser alvoradenses, são valorizados na hierarquia socioespacial a partir do local onde vivem. Não conseguindo mudar esta lógica, é preciso tentar mudar o lugar, em nome

da sua própria cidadania. (SANTOS, 1998). Trabalhar, consumir, investir em outros lugares só faz com que se mantenha um “ciclo-vicioso” que produz “riquezas” a partir dos trabalhadores/investidores para estes outros lugares, não desenvolvendo o próprio município. Neste raciocínio me apoia uma colega, Herechuk (2011). A chamo assim pois, apesar de não conhecê-la, ela também esteve nos bancos da geografia desta instituição de ensino e acima de tudo, já vivenciou Alvorada enquanto docente, de maneira que afirma o seguinte:

Além disso, a cidade-dormitório teria independência administrativa e econômica relativamente limitada, sendo, portanto, altamente dependente da sede regional, à qual se vincularia com grande intensidade. Outra característica desse tipo de cidade é a precária condição de vida ofertada a seus moradores, os quais vivenciam altos índices de violência, insalubridade, epidemias, problemas de trânsito e transportes, agressão ao meio ambiente, entre outros. (HERECHUK, 2011, p. 47).

Portanto, não basta durante às aula de geografia auxiliá-los somente na constatação daquilo que inconscientemente já sabem por que vivem, afinal, “O homem faz seu espaço diariamente e nem por isso acha que está fazendo geografia. Muito menos se põe a pensar sobre ele” (KAERCHER, 1999, p. 61). De tal maneira, é necessário pensarmos como podemos ultrapassar a constatação, para mim, esta saída passa pela lógica do conhecimento e da participação política na administração da cidade. Disso emerge o como participar, como estimular os discentes a isso, assunto que me leva à conclusão do trabalho.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: TRAÇANDO UM FIO CONDUTOR PARA MINHA PRÁTICA

Se a política institucional não ocupasse lugar de destaque na vida da sociedade, os brasileiros não estariam ansiosos, com seus olhos e ouvidos atentos às eleições deste ano de 2018. A partir desta observação, reafirmo que tenho bem claro, se não todas, muitas das concepções que conduzem minha prática docente e uma delas, é que o homem é um ser político por natureza como dizia Aristóteles.

Mesmo sabendo que a política não se restringe somente as matérias do Estado e não se reduz a esfera institucional, desconhecer o básico dessa institucionalidade a meu ver é aumentar as chances de sermos ludibriados e prejudicados enquanto cidadãos. Por isso, se concebo o espaço como uma categoria construída a qual o professor de geografia não deve somente descrever (KAERCHER, 1999), julgo necessário tratar de assuntos polêmicos e políticos que busquem através de análises as razões, os porquês de muitas situações que não compreendemos e/ou não concordamos em nosso cotidiano. Porém, não quero “chover no molhado”, contentando-me com razões abstratas, ingênuas e que talvez nos levem justamente a concepção de que haja uma “naturalidade” nas circunstâncias como elas são.

O saber escolar não pode se prestar a isso. Deve demonstrar que o espaço e a sociedade são construídos (KAERCHER, 1999) e esta construção se dá por determinadas vias, que devem ser aclaradas. Todavia, com relação a trazer o cotidiano do aluno para a sala de aula – honestamente – acredito fazer isso e, foi com essa intenção, inclusive, que todos os trabalhos aqui descritos foram feitos, entretanto, parece-me que uma minoria aproveitou-se deles para ampliar o conhecimento sobre algo que os cercava diariamente, que no caso foram as eleições deste ano. Aqui, portanto, reside meu desafio, pois é neste limite docente encontrado que procurei ancorar o objetivo maior deste trabalho ao guiar-me na busca de um fio condutor, para aproximar a política da vida do aluno.

Durante várias disciplinas ao longo do curso de geografia abordamos a questão da cidade e confesso que de certa maneira eu achava o assunto um tanto quanto clichê, por ser este tópico já tão debatido. Contudo, durante uma conversa informal, destas em que estamos em uma roda de amigos, alguém proferiu a seguinte frase: “Na escola nunca me disseram que eu poderia participar do Conselho de Saúde por

exemplo” (Milene Pierobom, técnica de enfermagem). A frase ecoou dias a fio em minha cabeça.

Mudando a esfera de socialização, (da roda de amigos para o grupo dos colegas), durante as aulas de Estágio Supervisionado em Geografia III e IV, lá vinha a cidade novamente! Neste meio tempo, ao adentrar com os alunos do segundo ano do Ensino Médio na temática urbanização, utilizando meu conhecimento sobre Porto Alegre e a Região Metropolitana, priorizei uma abordagem local para tratar do tema. Contribuíram para isso também, o partilhamento de informações e práticas vivenciados com os colegas da turma de Estágio Supervisionado de Geografia, tanto III, como IV.

Desta forma, penso que uma saída didática para a aproximação da política de cunho institucional com vistas a propiciar, despertar, suscitar aos alunos uma possibilidade de participação municipal, poderia ser a proposição de uma aproximação da escola, ao menos das aulas de geografia, de instituições como: a associação de bairro, a Câmara de Vereadores, os Conselhos Municipais, os Comitês de Bacia, entre outros. Se terei sucesso na empreitada? Fico na responsabilidade de responder à questão a partir do que por mim, foi experienciado no caminho.

Mas se todo educador é um crente, eu sigo crendo que há possibilidades de participação política, que possam significar minhas aulas como úteis para aqueles que as compartilham. Finalizo sinalizando o quão foi valioso a realização deste material. Propiciou-me o encontro de fontes que falam a partir do mesmo espaço (obviamente não as mesmas condições) que eu, além da releitura de clássicos da Geografia e a constante maturação das palavras de meus colegas e professores. Este conjunto de informações e experiências permitiram-me juntar como peças de um quebra cabeça ideias que antes soltas não tomavam forma, esboçando uma possibilidade de superação da problemática apresentada ao longo do trabalho, que deve ser por mim trilhada na construção de aulas onde sejamos cidadãos ativos na construção de um espaço onde existamos com mais beleza.

REFERÊNCIAS

- ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Alvorada/RS**. Publicação s/d. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/alvorada_rs>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- BUENO, Eduardo. **Brasil, uma História: Cinco séculos de um país em construção**. Rio de Janeiro: Leya, 2012.
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: território, escalas de ações e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana**. 3ª ed. – Campinas: Papirus, 2010.
- COSTA, Felipe Velho Azevedo. **A dimensão subjetiva da formação docente: vale a pena apostar? Qualificação (Mestrado em)** – Instituto de. , Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.
- DORFMAN, Adriana (org.). **Territórios e lugares da Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: Letra 1; Instituto de Geociências/UFRGS, 2015.
- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 3ª ed. – São Paulo: Edusp, 2015.
- GESSINGER, H. **Somos Quem Podemos Ser: Ouça o que eu digo: Não ouça Ninguém** [1988]. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=engenheiros+do+hawaii+somos+quem+pode+mos+ser&oq=engenheiros+do+hawaii+somos&aqs=chrome.1.69i57j0l5.20393j1j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>> Acesso em: 26 nov. 2018.
- _____. **Ninguém = Ninguém: Gessinger, Licks & Maltz** [1992]. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?safe=active&ei=n18HXIjeFoWmwATTz76gAg&q=engenheiros+do+hawaii+ningu%C3%A9m+%3D+ningu%C3%A9m&oq=engenheiro+s+do+hawaii+ningu%C3%A9m&qsl=psy-ab.3.0.0l2j0i22i30l6.327617.329191..330740...0.0..0.114.780.0j7.....0....1..gws-wiz.....0i71.MCXDF7Mls8k>>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-Estado na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, Jaime (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História da Cidadania**. 6ª ed. – São Paulo: Contexto, 2016.
- HERECHUK, Talita Rondam. **Identidades fragmentadas: a cidade de Alvorada/RS nas aulas de geografia**. 2011. 115f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- IBGE. **População**. Publicação s/d. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/alvorada/panorama>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. **Território e Ambiente**. Publicação s/d. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/alvorada/panorama>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. **Trabalho e Rendimento**. Publicação s/d. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/alvorada/panorama>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. **Amostra – Famílias**. Censo Demográfico, 2010. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/alvorada/pesquisa/23/24161?detalhes=true>>.
Acesso em: 20 nov. 2018.

KAERCHER, Nestor André. **Desafios e Utopias no ensino de Geografia**. 3ª ed. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

_____. Docenciando me existencio. Existenciando, penso a docência, porque ela me constitui como ser do e no mundo. In: SILVA, Eunice Isaías da; MENDES, Lucineide. **Desafio da didática de geografia**. Goiânia: PUC-GO, 2013.

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é Política?**. 13ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1991.

MAGNOLI, Demétrio. **Geografia para o ensino médio: Brasil, Estado e espaço geográfico**. 2ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2013.

MINISTÉRIO da educação. **LEI Nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação**. São Paulo: Contexto, 2011.

NILO, Odalia. A liberdade como meta coletiva. In: PINSKY, Jaime (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História da Cidadania**. 6ª ed. – São Paulo: Contexto, 2016.

O PENSADOR, G. **Estudo Errado: Ainda É só o Começo** [1995]. Disponível em:
<https://www.google.com.br/search?safe=active&biw=1000&bih=572&ei=12EHXMaVDMX_wQTNxrS4AQ&q=estudo+errado&oq=estudo+errado&gs_l=psy-ab.3..0i71I8.0.0..3222...0.0..0.0.0.....0.....gws-wiz.YlrnqJVdLRQ>. Acesso em: 26 nov. 2018.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Cidadania e Direitos Humanos. In: MEIRELLES, Mauro (org.); RAIZER, Leandro (org.); MOCELIN, Gustavo (org.). **Cidadania e Direitos Humanos**. Porto Alegre: Laviecs/Cirkula, 2015.

PINSKY, Jaime. Introdução. In: PINSKY, Jaime (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História da Cidadania**. 6ª ed. – São Paulo: Contexto, 2016.

_____. Os profetas sociais e o Deus da cidadania. In: PINSKY, Jaime (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História da Cidadania**. 6ª ed. – São Paulo:

Contexto, 2016.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 4ª ed. – São Paulo: Nobel, 1998.